

Universidade do Porto – Faculdade de Letras

2010

Posição de Portugal perante o conflito germano-polaco de 1939

Dissertação apresentada à Universidade do Porto para cumprimento dos requisitos necessários á obtenção do grau de Mestrado em História Contemporânea, realizada sob orientação científica do professor Doutor Manuel Loff.

Cátia Sofia Capitão Nunes Pereira



2010



Cartazes de Jornais anunciando a invasão da Polónia pela Alemanha a 1 de Setembro de 1939.¹

¹ Foto retirada de: HOLMES, Richard - *World War II in Photographs*. London: Carlton Books, 2000, p.30.



Universidade do Porto – Faculdade de Letras

2010

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais e irmãos.



Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer ao João e ao seu contributo, no que toca ao processo de candidatura a este Curso de Mestrado em História Contemporânea e, não a um Curso de Mestrado relacionado com História de Arte, como tinha pensado inicialmente. Obrigada pelas longas conversas sobre a história da Segunda Guerra Mundial, um tema que me fascinou desde sempre.

Um agradecimento especial ao Professor Doutor Manuel Loff por ter aceite ser meu orientador, pela transmissão de conhecimentos e por todo o apoio dado na materialização deste trabalho.

Às (aos) funcionárias (os) do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Arquivo Oliveira Salazar, depositado nos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, ambos sediados em Lisboa, e também às funcionárias da Biblioteca Pública Municipal do Porto, pela ajuda prestada.

Gostaria de agradecer a todas as pessoas, que estando longe ou perto, estiveram sempre presentes neste processo, pela paciência que tiveram em ouvir-me nos meus momentos mais difíceis, pelos conselhos/contributos que me deram e pelas palavras de apoio e incentivo que tanto ajudaram na concretização deste projecto. Ao Daniel pela enorme paciência, apoio e incentivo. À Joana pela amizade, pois mesmo estando longe, sempre acreditou na minha capacidade para poder levar este projecto avante. À Ana, pela amizade e pelas palavras amigas e de compreensão. À Stefanie e à Susana. Ao Eurico, agradeço a disponibilidade sempre mostrada para ajudar. Ao Duarte tenho a agradecer os contributos dados durante as nossas longas conversas, o apoio, as palavras de incentivo e o interesse sempre mostrado, principalmente, nestes últimos meses.

Por último lugar, mas sempre em primeiro, gostaria de agradecer aos meus pais e irmãos pelo apoio incondicional e por acreditarem sempre em mim.



Resumo

Em Setembro de 1939, e seguindo a sua política expansionista, Hitler invade a Polónia, reivindicando a cidade livre de Danzig e o corredor polaco.

Salazar, perante tal conflito, reage adoptando uma política de neutralidade mantendo Portugal afastado de um conflito internacional. Verificamos contudo que, para além de querer garantir a aliança secular com a Inglaterra, o seu ressentimento com as afirmações polacas sobre a gestão colonial portuguesa, feitas anteriormente, e o facto de existir alguma afinidade ideológica com a Alemanha nazi desempenharão um papel importante na posição que Portugal teve no conflito germano-polaco. Não é por acaso, que Salazar acreditava que a Alemanha tinha uma certa razão ao invadir a Polónia a 1 de Setembro de 1939.

Palavras-chave: Danzig, Corredor Polaco, Segunda Guerra Mundial, Neutralidade, Salazarismo, *Appeasement*, *Drôle de guerre*, *Blitzkrieg*.



Abstract

In September of 1939, Hitler, following his politics of expansion, invades Poland, demanding the free city of Danzig and the Polish corridor.

Before such conflict, Salazar reacts adopting neutral politics keeping Portugal away from an international conflict. We will verify however that, furthermore wanting to guarantee the secular alliance with England, the resentment with the polish affirmations, previously made, on the portuguese colonial management, and the existing of an ideological affinity with nazi Germany will play an important role in the status that Portugal had in the german-polish conflict. It is not by chance, that Salazar believed that Germany had a certain reason when invading Poland on the 1st of September of 1939.

Keywords: Danzig, Polish Corridor, World War II, Neutrality, Salazarismo, *Appeasement*, *Drôle de guerre*, *Blitzkrieg*.



Sumário

1. Introdução.....	1
2. Análise Historiográfica	5
2.1. Causas apontadas para o início do conflito germano-polaco – várias teses, várias controvérsias	5
2.2. Drôle de guerre – uma definição	8
2.3. <i>Blitzkrieg</i> – uma definição.....	9
2.4. <i>Appeasement</i> – uma definição	10
2.5. Estado Novo e Salazarismo – uma definição	11
3. Os antecedentes do conflito germano-polaco	20
3.1. O Acordo de Munique e a Política de <i>Appeasement</i>	21
3.2. Portugal e a preparação do conflito	26
3.3. A neutralidade portuguesa no contexto dos antecedentes do conflito	33
3.4. A relação entre Salazar e o Vaticano nos antecedentes do conflito.....	36
4. Do Desmembramento da Checoslováquia aos preparativos para o ataque à Polónia	42
5. Contagem decrescente para o início do conflito.....	51
5.1. A questão do corredor polaco e as reivindicações de Danzig.....	51
5.2. O Pacto germano-soviético	51
5.3. A recusa polaca às propostas feitas por parte da Alemanha	59
6. O deflagrar do conflito: Setembro de 1939.....	62
7. Conclusão.....	75
8. Fontes e Bibliografia	81
9. Cronologia	85
10. Anexos.....	VII



1. Introdução

Este projecto historiográfico pretende fornecer uma ferramenta científica útil que complemente as lacunas existentes na historiografia do período inicial do conflito germano-polaco. Assim sendo, o objectivo é proceder à explicação histórica de qual foi desde o início a verdadeira posição de Portugal perante este conflito que deu origem à Segunda Guerra Mundial.

Coligindo a informação recolhida nas fontes documentais e históricas, pretende-se dar a conhecer uma melhor compreensão das opções estratégicas diplomáticas e políticas praticadas pelo Governo português em 1939, numa Europa que se encontrava na iminência de ver surgir um conflito bélico à escala mundial.

Também aqui se verificará que condicionantes internas e externas influenciaram o posicionamento de Portugal neste contexto da primeira fase da Segunda Guerra Mundial.

Para reconstituir o contexto histórico em que o conflito germano-polaco se desenvolveu e para perceber a posição tomada por Portugal, é necessário perceber alguns acontecimentos que o antecederam.

A motivação que levou a esta investigação foi a descoberta do gosto pela história da Europa do Leste, nomeadamente pela História da Polónia, e história do período da Segunda Guerra Mundial (1939-45). A vontade de conhecer a história dos dois países e compará-las para tentar perceber melhor a visão de Portugal face ao conflito germano-polaco que deu início à Segunda Guerra Mundial. E finalmente, há uma razão de cariz e realização pessoal.

Segue-se uma breve explanação da estrutura seguida, da resenha dos pressupostos metodológicos e das fontes.

Esta investigação assenta numa sucessão cronológica de capítulos, cobrindo o período de Setembro de 1938 a Setembro de 1939, dando uma maior ênfase ao período de Março de 1939 a Setembro de 1939.

Numa tese explanatória, existe sempre a necessidade de dar uma ideia dos factos básicos no seu encadeamento temporal.

Num primeiro capítulo, centramo-nos numa análise historiográfica. Essa análise explora a explicação de alguns conceitos fundamentais e necessários para



2010

compreender o desenrolar dos factos. Conceitos tais como: as causas apontadas para o início do conflito germano, Drôle de guerre, Blitzkrieg, *Appeasement* e Estado Novo e Salazarismo.

No segundo capítulo, são explicados acontecimentos anteriores ao conflito que originou o início da Segunda Guerra Mundial. Neste capítulo, além de se explicar os acontecimentos que deram origem ao conflito germano-polaco, salientamos também a posição de Portugal já nesta fase.

No terceiro capítulo, é feita uma contagem decrescente desde Março de 1939 a Agosto de 1939. Neste capítulo, explica-se com pormenor como se desenrolou a preparação da invasão da Polónia.

No quarto e último capítulo, dá-se a conhecer o desencadear e desenrolar do conflito germano-polaco.

Partilhando da mesma opinião que Bruno Cardoso Reis, pode dizer-se que como a História nunca é inocente e não está definitivamente encerrada, são por vezes necessárias constantes revisões ou interpretações, sempre com certos limites. O historiador faz sempre parte de uma determinada sociedade e esse contexto social condiciona, como é lógico, as perguntas que este faz ao passado. Por isso, o mais importante é fazer sempre uma abordagem rigorosa dos factos, sem julgar *a priori* e de acordo com os critérios actuais. Sendo assim, o historiador deverá compreender e explicar nos termos devidos, não os do seu tempo, mas os da época específica. Respeitando esta regra, é possível um estudo rigoroso.

Inicialmente a ideia era a de fazer um estudo comparativo entre Portugal e a Polónia, mas devido à falta de conhecimento da língua polaca tal se tornou impossível porque não se conseguiria estudar as fontes polacas. Tal como todo o estudo comparativo, revelava-se também um projecto trabalhoso e demorado e, com o tempo agendado para a entrega da tese, era de todo impossível.

Estes dois factores levaram a uma outra solução: poderia estudar a Polónia sim, mas através do olhar de Portugal. Defini, então, a minha problemática.

A primeira ideia era a de estudar politicamente a visão de Portugal acerca da Polónia nos anos de 1939 e 1940, mas seria um pouco extenso. Daí reduzir o campo de investigação. O estudo passou então a centrar-se na posição de Portugal acerca do conflito germano-polaco. Ficou assim definida a problemática.

Neste estudo, trata-se essencialmente as origens do conflito germano-polaco e a posição que Portugal tomou nos antecedentes e no desencadear do mesmo. Mas a



2010

prioridade deste estudo é elucidar a definição estratégica de Portugal. Procura-se sobretudo saber, a posição de Portugal, no contexto da política externa. Durante a década de 30, a política externa portuguesa foi marcada pela questão espanhola e pelas questões coloniais. A política externa portuguesa, num contexto de mudança a nível internacional, é marcada por um problema que se prende com o armamento português. Neste sentido, Salazar procura alcançar o rearmamento português de forma a garantir a segurança das colónias e a defesa de Lisboa. A aproximação à Alemanha de Hitler, é evidente, pois esta estava disposta a ajudar Portugal, ao contrário da Inglaterra, que perante a situação em que se encontrava a Espanha temia que Portugal estivesse simplesmente a planear envolver-se, e portanto não era do seu agrado rearmá-los.

Sendo assim, os pressupostos deste estudo são: Que reacção tiveram Salazar e Monteiro [Vila Velha de Rodão, 16/12/1896 - Loures, 15/10/1955. Ministro dos Negócios Estrangeiros (1935-1936) e embaixador de Portugal em Londres (1936-1943)], perante Munique e o *Appeasement*? E que posição tomaram?

É importante, perceber a questão de Danzig. Que posicionamento tinham os governantes portugueses sobre Danzig? Tiveram noção, por exemplo, que em Setembro de 1939 surgiria uma "drôle de guerre"? Porque declarou Portugal a neutralidade? Que influência teve a aliança com a Inglaterra nesta decisão? E a Alemanha que opinião teve acerca desta neutralidade? A Espanha também contribuiu para a declaração da neutralidade?

No fundo, é necessário compreender os antecedentes do conflito a nível internacional, explicar a política interna portuguesa e o regime vigente neste contexto e verificar qual a posição de Portugal em todo este período, de modo compreender melhor a neutralidade que Portugal assumiu perante esta situação e porquê a assumiu.

Fontes e bibliografia

A escolha da documentação foi feita com o acompanhamento do orientador, na primeira reunião de orientação a 23 de Dezembro de 2008. A justificação plausível é serem, talvez, as fontes e documentação mais viável para responder à problemática escolhida



2010

Os documentos que foram utilizados provêm essencialmente de dois arquivos: o Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o arquivo Salazar, que se encontra depositado nos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, ambos sediados em Lisboa.

No Arquivo Histórico-Diplomático deparei-me com alguma dificuldade na procura de documentação relativa às relações entre Portugal e a Polónia nos anos de 1938 e 1939. Ao consultar os maços referentes a "Relações com diversos países" (2 piso, M 196, A 48), "Relações com Alemanha e Portugal" (2 piso, M 184, A 48), "Relações políticas com o Vaticano" (2 piso, M 186 a 195, A 48), "Acontecimentos Externos, Relações Políticas" (3 piso, M124 a 143, A 13) e ainda "Relações com a Santa Sé". Verifiquei, com uma enorme decepção, que em nenhum deles existia informação relevante acerca do ano de 1939. No arquivo de Salazar, também se verificou a mesma dificuldade.

Sendo assim, foi nos *Dez anos de política externa* e na *Correspondência entre Salazar e Armindo Monteiro* (onde se pode confirmar que os telegramas reunidos eram iguais aos que já tinha consultado nos *Dez anos de política externa*), onde se encontraram os documentos mais importantes e necessários para este estudo. Procurou-se também preencher algumas lacunas recorrendo a fontes impressas - imprensa periódica -, e também a literatura secundária permitindo assim, fazer uma indispensável análise comparativa.



2. Análise Historiográfica

2.1. Causas apontadas para o início do conflito germano-polaco – várias teses, várias controvérsias

A existência de várias teses explicativas, controversas e antagónicas entre si, deriva da dificuldade de explicação de um acontecimento desta natureza.

O discurso histórico dominante é todo ele impregnado de um património mnemónico. Existem interpretações várias, reinterpretações, revisões, refutações polémicas de ordem científica e outras de ordem mais ideológico-moral.

Analisemos sumariamente algumas interpretações referentes ao período escolhido: 15 de Março a 30 de Setembro de 1939.

Durante um longo período de tempo, a historiografia é dominada apenas por uma única tese que pode ser resumida apenas numa frase: “le processus de marche à la guerre à la fin des années 30 a été tout entier conditionné par la personne de Hitler, par son caractère et par ses idées.”²

Deve notar-se também que existe uma conveniente ferramenta de explicação « hitlerocentrique »: “a partir du moment où l’on érige Hitler en cause quasi unique de la tourmente 1939-1945, le peuple allemand se trouve exonéré des charges de complicité et plus encore de responsabilité pesant sur lui, le III^e Reich devenant un simple « accident » dans l’histoire de l’Allemagne.”³

Uma visão dominante neste debate é a de Hugh Trevor Roper « who argued that Hitler’s foreign-policy actions from 1933 to 1939 were the implementation of a very carefully planned programme of aggression, laid out by Hitler in *Mein Kampf*, which had been completed while the Nazi leader was in Landsberg prison. » De acordo com Trevor Roper, « Hitler’s first objective was to gain *Lebensraum* (living space) for Germany in eastern Europe through a bloody war of military conquest against the Soviet Union. »

² Citado em : BÉDARIDA, François, « Causes de la Guerre », in AZÉMA, Jean Pierre e BÉDARIDA, François (dirs.) – 1938-1948, *les années de la tourmente. De Munich à Prague. Dictionnaire Critique*. Paris: Flammarion, 1995, p. 924.

³ *idem*



2010

Allan Bullock, partilha da opinião que Trevor Roper, embora modifique em certo ponto a interpretação deste. Sugere que « the Nazi dictator's pursuit of his firm objective of *Lebensraum* was accompanied by opportunism in both the method and tactics used to carry out his foreign policy. »

Klaus Hildebrand, por exemplo, afirma que « Hitler was following a careful and premeditated « stage by stage plan » in foreign policy, which had the gaining of *Lebensraum* in eastern Europe through a war of conquest in the Soviet Union as its primary objective. »⁴

Por último, ainda se pode ter em conta a opinião de Gerhard Weinberg. De acordo com este historiador « the major decisions on foreign policy under Nazi rule were taken by Hitler. As soon as Hitler came to power, therefore, Germany was heading towards an unfolding programme of military aggression, which made war in Europe inevitable. »

Esta explicação « hitlerocentrique » é nos anos 60 fortemente atacada em todas as direcções por explicações revisionistas. Este revisionismo histórico é caracterizado pelo estudo e reinterpretação da história e rejeita a visão de que a política externa alemã está direccionada para um consistente 'master plan', executado passo a passo, embora com um alto nível táctico de flexibilidade e improvisação.

A interpretação revisionista ganha grande amplitude a partir de 1961, com a obra *As origens da Segunda Guerra Mundial*, de A. J. P. Taylor. Esta obra aparece como um escrito onde as polémicas são tratadas com extrema vivacidade e liberdade. Taylor rejeita a ideia de Hitler “as a systematic and clear-sighted planner, following a blueprint for European domination” e, em alternativa, vê Hitler como “master of improvisation and opportunism, with imprecise and constantly changing aims.”⁵

Segundo Gordon Craig a obra de Taylor é: “un ouvrage « pervers », en tous cas provocant, qui porte un éclatant défi aux thèses traditionnelles et dont l'argumentation tient en trois points.”

No primeiro ponto, constata-se que Taylor considera que é um erro Hitler ser visto como sendo um megalómano ávido de uma dominação universal, quando os seus objectivos consistiam « avant tout à renverser l'équilibre des forces institué par

⁴ MCDONOUGH, Frank - *Hitler, Chamberlain and Appeasement*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 77.

⁵ *Idem*, p. 78



2010

l'injuste diktat de Versailles et à restaurer l'Allemagne dans son statu 'naturel' en Europe. »

O segundo ponto « dans la mesure où il n'existait dans le cerveau du Führer ni plan préconçu ni programme à long terme, le déclenchement de la guerre en 1939 résulte d'une succession d'erreurs de politique étrangère commises par Hitler, mais également par ses adversaires de Paris et de Londres. »

Por último, « le conflit a éclaté par accident a l'intérieur du système diplomatique traditionnel des relations interétatiques, si bien qu'on ne peut rejeter la responsabilité sur personne. Et Taylor de conclure : Hitler a commis une faute, non un crime. »⁶

Também Frank McDonough sugere duas interpretações que dominam o debate histórico acerca das origens do conflito. Uma primeira visão aponta para que “the key reason for the start of war was Adolf Hitler's cold-blooded desire for European expansion. This interpretation is enshrined in the final judgment at the famous Nuremberg trials of the leading (living) Nazis, which were held shortly after the end of the hostilities.”⁷ A segunda interpretação “concentrates on the role played by Neville Chamberlain [Birmingham, 18/3/1869 - Heckfield, 9/11/1940. Em 1937 tornou-se o primeiro-ministro da Grã-Bretanha, em sucessão a Baldwin.] and the policy of appeasement. This policy did prevent a major European war starting in 1938 through the signing of the Munich agreement, but it ended in humiliating failure when Germany attacked Poland in September 1939.”⁸

Se as controvérsias sobre as causas da guerra são tão distintas, e se todos nós sentimos a necessidade de retorno às virtudes da análise crítica, é sobre o plano conceptual que ocorrem duas confusões.

A primeira tem a ver com a noção de causalidade da guerra. Por um lado, surge a lógica de uma política que faz supor implicitamente que os actores da história são os actores das consequências das suas acções. Noutros termos, que correlação

⁶ Todas as citações retiradas de : BÉDARIDA, François, « Causes de la Guerre », in AZÉMA, Jean Pierre e BÉDARIDA, François (dirs.) – 1938-1948, *les années de la tourmente. De Munich à Prague. Dictionnaire Critique*. Paris: Flammarion, 1995, p. 925-926.

⁷ MCDONOUGH, Frank - *Hitler, Chamberlain and Appeasement*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 1.

⁸ *Idem*



2010

se estabelece entre as intenções e os actos? Por outro lado, surge uma lógica ligada à existência de causas necessárias.

Segundo Taylor: “les guerres ressemblent aux accidents de la route, qui ont à la fois une cause générale (...) et des causes particulières (...), les seules à être prises en compte par la police et les tribunaux.”⁹

A segunda confusão advém de uma mudança frequente de raciocínio entre os historiadores.

No entanto, apesar dos excessos e fraquezas de todos os argumentos, o acesso agora quase completo aos arquivos e o trabalho dos historiadores tem contribuído para refinar pouco a pouco o universo explicativo. De modo que, para as duas questões-chave, as origens da guerra na Europa e da Guerra do Pacífico, temos neste momento interpretações causais solidamente argumentadas e relativamente seguras de si.

Devemos ainda ter em conta uma última constatação: A causa da guerra é indissociável das suas consequências.

2.2. Drôle de guerre – uma definição

O termo “drôle de guerre”, que no fundo caracteriza o início do conflito, merece uma pequena atenção e definição.

O jornalista Roland Dorgelès mencionou-o pela primeira vez numa reportagem acerca do conflito, algumas semanas depois do início das hostilidades.

Como se pode caracterizar este tipo de guerra que foi tão inédita como incompreensível? Bedarida afirma que é “une guerre sans combats, sans ligne de feu, sans morts?”¹⁰.

Este período que começa, em Setembro de 1939 e termina em Maio de 1940, é caracterizado por uma certa apatia. Era uma guerra “drôle” não no sentido de “divertida” mas no sentido de “estranha”, surpreendente, sobretudo aos olhos dos que tinham feito uma guerra anterior.

⁹ Citado em : BÉDARIDA, François, « Causes de la Guerre », in AZÉMA, Jean Pierre e BEDARIDA, François (dirs.) – 1938-1948, *les années de la tourmente. De Munich à Prague. Dictionnaire Critique*. Paris: Flammarion, 1995, p. 929.

¹⁰ *Idem*, p. 31.



2010

Podia mesmo dizer-se que : «Avant 1939 nous étions nominalement en paix, mais pratiquement en guerre. Maintenant nous étions en guerre, mais, sauf en mer, pratiquement en paix. »¹¹

No fundo : «la drôle de guerre : si c'est le premier chaînon dans un engrenage qui va conduire à une guerre planétaire, ce n'est encore qu'une guerre limitée, puisque seuls trois belligérants sont en lice, la France, la Grande-Bretagne et l'Allemagne, les autres pays d'Europe demeurant spectateurs, de même que l'Amérique, la Chine et le Japon»¹².

2.3. *Blitzkrieg* – uma definição

O termo *Blitzkrieg*, tal como o conceito de “drôle de guerre”, também mereceu uma pequena definição devido à sua importância. Na realidade, este conceito acaba por caracterizar também o início do conflito germano-polaco.

Blitzkrieg é « le terme allemand que les commentateurs militaires employèrent immédiatement pour qualifier la campagne foudroyante menée par la Wehrmacht en septembre 1939 contre la Pologne claque comme un coup de fouet »¹³.

Muitas vezes é empregado de forma errónea, quando se refere a qualquer ataque surpresa. No entanto, foi uma manobra bélica estratégica usada apenas pela Alemanha, durante a Segunda Guerra Mundial.

A *Blitzkrieg* foi, no fundo, uma “doutrina” militar a nível operacional que consistiu em usar forças móveis em ataques rápidos e inesperados com o intuito de evitar que as forças inimigas tivessem tempo de organizar a sua defesa. Basicamente, os objectivos da *Blitzkrieg* eram os de desmoralizar o adversário e desorganizar as suas forças defensivas.

No entanto, esta táctica de guerra que siderou o mundo inteiro não é a característica essencial da Segunda Guerra Mundial.

¹¹ *Idem*

¹² Citado em : BEDARIDA, François, « Drôle de guerre », in AZÉMA, Jean Pierre e BEDARIDA, François (dirs.) – 1938-1948, *les années de la tourmente. De Munich à Prague. Dictionnaire Critique*. Paris: Flammarion, 1995, p. 32.

¹³ *Idem*, p. 79.



Apesar do êxito indiscutível e invencibilidade dos primeiros meses, à medida que os anos foram passando e com contínuo aumento do conflito, o declínio da tática *Blitzkrieg* tornou-se evidente.

2.4. *Appeasement* – uma definição

Em 1938, o governo britânico liderado por Neville Chamberlain como primeiro-ministro, optou por seguir uma estratégia de apaziguamento na Europa Central e Oriental para conseguir concessões políticas para os desejos da Alemanha.

O apaziguamento europeu “foi um conceito que teve apoio generalizado até ao momento em que os métodos utilizados por Chamberlain em 1938 para o conseguir, lhe começaram a atribuir uma má reputação. O apaziguamento significava a obtenção de uma Alemanha pacífica. Para conseguirem isto, os governos britânicos tentaram uma mistura de conciliação e coerção, tentativas para alcançarem uma solução pacífica para as queixas legítimas da Alemanha com ameaças de resistência à agressão alemã.”¹⁴

Segundo Taylor, “the conference at Munich was meant to mark the beginning of an epoch in European affairs. ‘Versailles’ – the system of 1919 – was not only dead, but buried. A new system, based on equality and mutual confidence between the four great European Powers, was to take its place. Chamberlain said: ‘I believe that it is peace for our time’. Hitler declared: ‘I have no more territorial demands to make in Europe.’”¹⁵

Para Frank McDonough “in the popular mind, appeasement has been viewed (and is still generally viewed by world leaders) as a totally disreputable policy of shameful surrender which ‘sacrifice principles’ in order to ‘buy off’ a potential or actual aggressor.”¹⁶

¹⁴ PARKER, R.A.C - *História da segunda guerra mundial*. Trad. Portuguesa. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 18.

¹⁵ TAYLOR, A. J. P. - *The origins of the second world war*. Londres: Penguins Book, 2001, p. 232.

¹⁶ MCDONOUGH, Frank - *Hitler, Chamberlain and Appeasement*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 1.



Em Setembro de 1938, Hitler ameaça fazer uma declaração de guerra se as reivindicações alemãs não fossem imediatamente atendidas. Sob esta ameaça Chamberlain, é impelido a possibilitar um acordo com a Alemanha. Este acordo que não foi uma vitória total para a Alemanha de Hitler, mais pareceu uma derrota anglo-francesa. O acordo de Munique diz-se, “tornou mais provável a guerra” e segundo Chamberlain, Munique mostrava o caminho para a “paz nos nossos dias”.¹⁷

2.5. Estado Novo e Salazarismo – uma definição

A historiografia contemporânea foi em Portugal uma área quase tabu até cerca dos anos 60. Quanto ao estudo do Estado Novo e do Salazarismo, obviamente só poderia ter significado em Portugal depois de 1974. No estrangeiro o regime de Salazar atraiu bem mais cedo o interesse de historiadores, politólogos e sociólogos.

Entre 1968 e 1974 surgiram os primeiros trabalhos empíricos sobre o Estado Novo, inaugurando um conjunto de interpretações fundadas numa investigação própria. Datam também deste período alguns estudos pioneiros, de carácter académico. A primeira obra colectiva sobre o fascismo que incluiu o regime de Salazar foi publicada em Inglaterra, em 1968, por Stuart Woolf. O artigo era da autoria de Hermínio Martins. O Salazarismo, segundo vários autores, “não possuía as características que demarcavam o fascismo das clássicas ditaduras. Faltava-lhe a liderança carismática, um partido único mobilizando as massas, uma ideologia expansionista e guerreira, a tendência totalitária.”¹⁸ Referindo-se a Portugal, Charles F. Delzell caracteriza o regime português como «“semifascista”, “clérigo-corporativo” e “autoritário.”»¹⁹ Em 1971, na introdução a uma nova tese sobre o sistema corporativo do Estado Novo, Manuel de Lucena propôs “uma análise comparada do regime que, ainda que com algumas referências histórico-sociológicas, deriva fundamentalmente de classificações políticas.” A sua definição do regime expressou-se nesta fórmula:

¹⁷ PARKER, R.A.C - *História da segunda guerra mundial*. Trad. Portuguesa. Lisboa: Edições 70, 1987, pp. 19-20.

¹⁸ PINTO, António Costa – *O Salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 20.

¹⁹ *Idem*, p. 39.



2010

“um fascismo sem movimento fascista.”²⁰ Lucena centrou-se na comparação do regime português com o italiano, colocando o regime nazi num outro nível. Lawrence Graham sugere que “o “Estado Novo” poderia ser classificado como uma versão contemporânea deste “controlo burocrático e centralizado, com as lutas políticas reduzidas às mesmas arenas, ainda que sem instituições monárquicas.”²¹

É, todavia, assunto de debate entre os estudiosos se o Estado Novo constitui verdadeiramente, ou não, um regime fascista, visto apresentar algumas diferenças em relação ao regime italiano, que serve naturalmente de “padrão” do fascismo, e ainda maiores relativamente ao nazismo.

É portanto difícil, interpretar um fenómeno historicamente tão complexo, tão prolongado e, acima de tudo, tão próximo temporalmente, sem considerar, sem discutir, o contexto ideológico, político, social e cultural.

Este regime político vigente na época de Hitler, segundo Manuel Loff no seu estudo acerca do salazarismo e franquismo na época de Hitler, pode ser caracterizado segundo alguns pontos fundamentais. O Salazarismo “tem origem imediata num *pronunciamento militar*, fórmula que marcou de forma indelével a *praxis* e a configuração do sistema de poder resultante. É produto de uma opção política e ideológica, gradualmente entretecida pelos mais tradicionais poderes fácticos de ambas as sociedades ao longo de uma geração (1890-1926, ou seja, entre o *Ultimatum* britânico e o golpe militar de 28 de Maio), na qual se manifestam com grande regularidade sintomas de impotência, por parte das camadas dominantes, de resolução de problemas estruturais de *identidade nacional*; Constitui um fenómeno reaccional de rejeição radical de dois constructos da história contemporânea:

a) por um lado, daquilo que as forças mais tradicionais da sociedade consideram ser predicados *estrangeirados* ou *estrangeirizantes*, ou até mesmo *antinacionais*, de regimes liberais de forma republicana, essencialmente burgueses;

b) por outro, uma rejeição daquilo que as mesmas forças, juntamente com a maioria da elite política dos próprios regimes liberais, consideravam ser um excessivo avanço das reivindicações sociopolíticas da classe operária, sobretudo a industrial e urbana.”

²⁰ *Idem*, p. 45.

²¹ *Idem*, p. 51.



2010

Também se pode afirmar que “resulta de um equilíbrio, que em seguida permanentemente procura manter no seu seio, dentro e fora do partido único, nem sempre isento de rupturas, de uma mais ou menos ampla convergência objectiva de várias forças e entidades sociais (as burguesias, a Igreja Católica, camadas médias da sociedade, minorias intelectuais); Procura a institucionalização de um complexo ideológico, notavelmente coerente, mas não particularmente sistemático, eventualmente enquadrável nas categorias de *Weltanschauung*, cosmovisão ou mentalidade. Fernando Rosas, aqui sintetiza que o mundo salazarista na sucessão “nacionalista/passadista/anti-industrializante/ruralista/ultraconservador/católico”, considera-o «o mais importante baluarte de defesa de imutabilidade do regime e do seu chefe face às ideias de modernização económica e política”, propondo-se como meta a de “organizar um “espírito”: o de obedecer, o de não intervir, o de se conformar, o de aceitar a “ordem natural das coisas” [- à qual a própria Constituição fazia referência no seu artigo 5.º -] que o regime representava, o de ter a clara noção do perigo que significava reagir a tal forma de “viver habitualmente”.» O estado e os seus aparelhos ideológicos conservam um lugar preponderante, admitindo partilhá-lo unicamente com a Igreja católica. Nesta conjuntura histórica a que nos referimos, é notório o desejo *totalitário*, ou pelo menos *totalizante*. As mais significativas componentes ideológicas deste complexo seriam:

- a) Os princípios de ordem, de hierarquia, de autoridade e de obediência;
- b) Um desses elementos será, necessariamente, uma reduzida elite político-administrativa, militar, intelectual, económica, ..., constituída em redor de um chefe física e historicamente único;
- c) O grau de consciencialização política, de participação social e de capacidade cultural da *massa* deveria ser o mínimo necessário ao cumprimento dos grandes objectivos;
- d) Em suma, a meta última que haverá que atingir é a de uma sociedade que prescinde da mobilização permanente dos seus elementos constituintes;
- e) Procura oferecer à *massa* uma *verdadeira* integração na soberania nacional.
- f) As instituições ou realidades sociais que estão mais intrinsecamente mais próximas deste ideal organicista, são a Igreja Católica, as forças armadas, a pequena comunidade rural, a família e a corporação.



g) O conjunto dos grandes objectivos nacionais e até civilizacionais configuram a identidade nacional, necessariamente única no mundo, unitária e *patriótica*. Esta identidade é inseparável do conceito de independência política.”

O Salazarismo «evoluiu numa lenta e, apesar de tudo, sempre incompleta institucionalização e/ou constitucionalização formal das ditaduras, produzida pela permanente procura de equilíbrios no interior da coligação de interesses que o regime promovia. São frequentes as referências ao carácter incompleto, transitório, de “provisória transigência”, como define Hipólito de la Torre. A consideração do edifício político-institucional formal e da *praxis* que caracterizou a sua construção e o seu funcionamento parece revelar:

a) a negação prática da separação dos poderes;

b) a consagração absoluta do princípio da unidade do Estado e da uniformidade das suas estruturas e da sua potestade sobre todo o território sobre o qual exerce soberania, manifesto na rejeição explícita de qualquer forma de autonomia administrativa de expressão territorial e na proibição de toda a expressão organizacional de pluralismo político fora do âmbito de um partido único, ao qual se acometem tarefas de mobilização política.

c) a montagem de uma pirâmide hierárquica consagrando uma legitimidade a partir de cima, ou seja, na qual a delegação de um poder, na prática considerado único, parte do vértice (o ditador), que não reconhece nenhum tipo de autonomia no seio do aparelho de poder.

d) uma distância descomunal separa as dimensões formal e concreta das determinações jurídico-constitucionais.

e) a edificação de um Estado policial, cujas tarefas directamente repressivas estão concentradas sobretudo em organismos directamente dependentes do ditador.

7. Demonstra ter-se socorrido de um processo de implantação na sua sociedade, em coerência com o *continuum* histórico da natural interacção que entre ambos os níveis se estabeleceu, que parece ter-se caracterizado por uma utilização intensa de censura e da propaganda e, significativamente, irregular da violência, diferenciada, esta, no tempo, na tipologia da vítima e no discurso político explícito”. Em síntese, o Salazarismo foi “assumidamente nacionalista na sua autodefinição, revela não só resistência, mas também uma clara vontade de correcção de uma postura



2010

globalmente periférica e dependente, produto de um longo processo histórico de perda de centralidade face às correntes profundas da capacidade internacional.»²²

Pode dizer-se que Portugal se antecipara, no pós-guerra, a romper com o passado. Fora, de início, simplesmente negativa essa ruptura: anti-democrática, antiparlamentar, antiliberal. Contudo desde 1930, são alterados os parâmetros da questão. Na segunda metade dos anos 30, após o período convulso da clarificação e da institucionalização, o Estado Novo afirma-se tanto económica como política e institucionalmente, assumindo o essencial das características que o definirão, em muitos aspectos, praticamente até ao seu termo. Do lado da ditadura, o vazio ideológico é preenchido por Oliveira Salazar com princípios políticos e sociais cuja raiz é muito anterior a qualquer dos novos totalitarismos, e cuja substância é diferente da destes, até contrária. Por isso Salazar rejeita-os, e o ideário que proclamou tenta manter-se fora de qualquer enquadramento internacional.

Salazar chega mesmo a dizer a Ferro que, “a nossa ditadura aproxima-se, evidentemente, da ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, porém, nos seus processos de renovação. A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um Estado Novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim, sem encontrar embaraços nem obstáculos. Mussolini, como sabe, é um admirável oportunista da acção. (...) O seu caso é, portanto, um caso admirável, único, mas um caso nacional. Ele próprio o disse: «O fascismo é um produto típico italiano como o bolchevismo é um produto russo. Nem um nem outro podem transplantar-se e viver fora da sua natural origem.» O Estado Novo português, ao contrário, não pode fugir, nem pensa em fugir, a certas limitações de ordem moral que julga indispensável manter, como balizas, à sua acção reformadora.”

Uma das interpretações retiradas da obra de Yves Léonard indica que o Salazarismo é um “regime autoritário e conservador” e que se define como “antiparlamentar, antidemocrático e antiliberal. Apesar de se esforçar para institucionalizar um estado corporativo, nacional e autoritário. O corporativismo preconizado por este regime permanecerá sempre muito aquém das intenções

²² LOFF, Manuel – *O Salazarismo e o Franquismo na época de Hitler*. Porto: Campo das Letras, 1996, pp. 101-119.



2010

anunciadas não obstante a sua omnipresença nos discursos oficiais. Quanto ao nacionalismo que lhe serve de alicerce, este revela-se prudente e conciliador, o que o distingue de determinados nacionalismos expansionistas e agressivos da época entre as duas guerras. Por diversas vezes, Salazar sublinhará a tradição histórica “com oito séculos de existência”, na qual desejo inscrever este nacionalismo.”²³

Já para Franco Nogueira, o Estado Novo “surge como portador de ideias e conceitos que a massa do país desconhece, e que se apresentam ao arrepio do que era havido por natural e comumente aceite, embora contestado por alguns. É revolucionário. Original. Afirma-se o Estado Novo medularmente nacionalista: patriótico e ainda tradicionalista. Providencial.”²⁴ No plano sociológico apresenta-se como uma sociedade sem luta de classes, isto é, inigualitário.

Ainda segundo Nogueira, “Constitui assim o Estado Novo uma transigência realista e uma construção de prudência e de tacto, está animado de uma mística, de um credo, de um sopro renovador, de um espírito heróico, de um ânimo de grandeza: mas está também impregnado de um sentido de tolerância, de respeito pelo foro íntimo das consciências, de limites aquém dos extremos, até de paternalismo. É suficientemente revolucionário para atrair as gerações novas e corrigir os vícios passados; e é flexível o bastante para não alienar as gerações mais velhas que podem cooperar sem quebra de dignidade e honra. É assim um espelho do xadrez político da sociedade portuguesa. E pelo conteúdo ideológico que o orienta representa um sistema de democracia cristã em acção, com os matizes requeridos por aperfeiçoamento cauteloso à sociedade portuguesa. E por último corresponde a um ponto culminante de síntese: o novo estatuto político nacional consubstancia, de forma depurada e quase decantada, toda a doutrinação pacientemente feita por Oliveira Salazar, a pulso e com audácia, durante mais de vinte anos.”²⁵

O salazarismo foi, segundo interpretações de João Medina, “um regime autoritário, anti-liberal e anti-socialista, visceralmente conservador e tradicionalista, católico e ruralista, um paternalismo ríspido e retrógrado, ainda que subtilmente

²³ LÉONARD, Yves - *Salazarismo e fascismo*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1998, pp. 75, 76, 77.

²⁴ NOGUEIRA, Franco – *Salazar*. Vol. II. Porto: Editora Civilização, p. 206

²⁵ *Idem*, p. 211-212.



2010

apostado em camuflar as suas arestas repressivas mais evidentes.” Foi realmente “fascista” o Estado Novo? É difícil responder a esta magna questão politológica. Ainda segundo este historiador, “foi antes uma espécie de “pseudofascismo” ou “semifascismo”, de “fascismo” cauteloso, manhoso e envergonhado, mais tradicionalista do que agressivamente inspirado em modelos que só relutantemente imitou (ou fingiu imitar), um pragmatismo eclético, uma espécie de integralismo republicano ou de republicanismo conservador monarquizado, um “fascismo de cátedra” com componentes escolásticas e castrenses, habilidoso na sua política externa e nas relações com os aliados tradicionais ou naturais, renitente em alinhar-se com belicismos ou proselitismos, tanto de Roma como de Berlim, egoísta e estreito, mas astuto e oportunista.”²⁶

Nos estudos efectuados nos anos 80, salienta-se o contributo de Enzo Collotti e de outros historiadores, que se situaram na esfera da defesa de um “fascismo genérico”. Enzo Collotti admitiu desde logo que “a experiência do Portugal de Salazar é talvez aquela que criou aos estudiosos maiores dificuldades de enquadramento no interior da fenomenologia do fascismo”, acrescentando que estas dificuldades “de uma definição unívoca do regime português nascem da complexidade das suas componentes ideológicas e institucionais e, não menos importante, das suas próprias características sociais.” Para este historiador, “diferentemente do regime fascista italiano, mas em analogia com a experiência austríaca, faltou na constituição do regime em Portugal um real processo de mobilização de massas, em particular faltou um pseudo-revolucionarismo: o regime foi voluntariamente conservador, teve uma base bastante restrita de recrutamento da sua elite dirigente, distinguindo-se pela acentuação do elemento tecnocrático de formação universitária; deste ponto de vista procurou criar uma oligarquia dirigente, visou o consenso entre as classes médias, sem a mínima ambição de produzir no País nenhuma transformação social.”²⁷

Em suma, a segunda metade dos anos 30 é a plena afirmação do poder pessoal de Salazar numa Europa onde triunfam os ditadores e os chefes carismáticos dos regimes fascistas e autoritários. Salazar torna-se o “chefe”. O sistema político, em

²⁶ MEDINA, João – *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a Ditadura*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p.42.

²⁷ PINTO, António Costa – *O Salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, pp. 69-70.



2010

grande medida esvaziado o “compromisso constitucional” de 1933, transforma-se rapidamente numa ditadura pessoal do chefe do Governo. Num quotidiano político relativamente pouco complexo como ainda era o português, Salazar ocupa-se pessoal e directamente não só das principais pastas do Ministério – a partir de 1936, à Presidência do Conselho e à pasta das Finanças juntará a dos Negócios Estrangeiros e a da Guerra – como dos detalhes aparentemente insignificantes do dia-a-dia da administração, do protocolo, das cerimónias públicas, dos pedidos particulares, etc.

No discurso de 26 de Maio de 1934 Salazar chega mesmo a afirmar que: “Portugal é dirigido segundo um sistema original, próprio da sua história e da sua geografia” e que “ é preciso afastar de nós o impulso tendente à formação do que poderia chamar-se o Estado Totalitário. O nacionalismo do Estado Novo não é e não poderá ser nunca uma doutrina de isolamento agressivo – ideológico ou político – porque se integra, como afinal toda a nossa história, na vida e na obra de cooperação amigável com os outros povos.”²⁸

Contudo, Salazar, a partir de 1935, vai redefinir os grandes princípios de uma política externa essencialmente defensista, de costas voltadas para o continente europeu, projectada para o Atlântico e as colónias, sob a activa intervenção do Governo de Lisboa ao lado dos franquistas na Guerra Civil de Espanha²⁹ será a excepção ao distanciamento dos conflitos “continentais”.³⁰ Em síntese, no contexto turbulento dos anos 30 e da escalada de situações de risco, Salazar mantém-se

²⁸ Salazar citado in, ROSAS, Fernando - *Estado novo (1926-1974)*. Vol VII, da *História de Portugal*. Dir. MATTOSO, José. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 243.

²⁹ A Guerra Civil Espanhola, desencadeada em 1936, foi motivada pelas fortes rivalidades existentes entre as facções políticas de esquerda e de direita. Assinala um período de nítida crispação fascizante, repressiva e até de índole ideologicamente totalizante por parte do Estado Novo. A 27 de Março de 1939, os nacionalistas entraram na cidade de Madrid e muitos republicanos exilados. Esta vitória de Franco inaugurou, assim, uma ditadura de 38 anos. A política salazarista em Espanha jogava com uma espada de dois gumes: se a vitória da República podia significar o fim do regime, a de Franco, adensava as ameaças anexionistas que os meios falangistas durante a Guerra Civil, não se tinham coibido de propagandear publicamente. Este foi o acontecimento mais traumático que ocorreu antes da 2ª Guerra Mundial e nele verificaram-se presentes todos os elementos militares e ideológicos que marcaram o século XX. Informação retirada de, ROSAS, Fernando, coord. - *Portugal e a Guerra Civil de Espanha: actas / Colóquio Internacional* - Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. IX.

³⁰ ROSAS, Fernando - *Estado novo (1926-1974)*. Vol VII, da *História de Portugal*. Dir. MATTOSO, José. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 243.



2010

prudentemente afastado das tensões, salvo aquando da Guerra Civil de Espanha. Mesmo que Salazar estivesse convencido da superioridade e da vitória final dos regimes autoritários sobre as democracias, preferiu manter Portugal numa situação de relativa neutralidade, ainda que sujeito à velha aliança luso-britânica, recusando, simultaneamente, o idealismo simbolizado pela política estrangeira da Alemanha nazi.



3. Os antecedentes do conflito germano-polaco

Havia algo mais subjacente à questão polaca do que apenas Danzig. Em consequência do Tratado de Versalhes, assinado em Junho de 1919, a Polónia não recebeu apenas o corredor, estreita faixa de território, também denominado *corredor polaco*, ao longo do rio Vístula e que vai até ao mar Báltico, e que atravessava o território prussiano a ocidente, mas também partes importantes da região industrial da Silésia. Esta área territorial incluía também partes que tinham pertencido ao antigo Império Russo.

Em 1932 é assinado um pacto de não agressão entre a Polónia e a União Soviética, assim como em 1934 é assinado um acordo similar entre a Polónia e a Alemanha de Hitler. Este último foi um pacto de não-agressão, válido por dez anos, assinado a 26 de Janeiro de 1934, e que declarava que os dois governos queriam “inaugurar” uma nova fase nas suas relações políticas.

Já em 1938, os líderes polacos eram a favor da fragmentação do Estado Checoslovaco na esperança de que a Polónia pudesse dominar uma Eslováquia independente, e se tornasse numa importante potência, dos Estados Bálticos até às fronteiras da Roménia. O Governo polaco da altura partilhou os despojos do estado checoslovaco desmembrado, no seguimento do Acordo de Munique de 30 de Setembro de 1938, de que se falará adiante, lançando um bem-sucedido ultimato aos checos, para que cedessem o território de Teschen à Polónia.

Era pouco evidente a tensão existente entre a Polónia e a Alemanha em 1938, apesar do estatuto de Danzig e do corredor polaco serem ainda elementos do acordo pós-guerra que os líderes alemães gostavam de ter resolvido.

Apesar de satisfeita com o colapso da resistência checa em 1938, a Polónia não queria que a solução de Munique fosse aplicada às minorias alemãs a viver em território polaco ou na Cidade Livre de Danzig.



3.1. O Acordo de Munique e a Política de *Appeasement*

Para Hitler, o futuro da Alemanha passava por uma expansão territorial³¹ necessária e «pour réaliser celui-ci, c'est-à-dire pour annexer à l'Allemagne l'Autriche et la région des Sudètes, il faut s'attendre à des résistances: "La politique allemande doit compter avec ses deux ennemis irréductibles, l'Angleterre et la France, que ressentent la présence d'un puissant colosse allemand au centre de l'Europe comme une plaie au flanc.»³² Como planeava Hitler este avanço territorial? Para quando seria? E o que levou Hitler a anexar a Áustria primeiro?

Logo no início de Janeiro de 1938, o governo austríaco sente-se inquieto após a descoberta de um *complot* alemão apelidado de *Plano Tavs*. O perigo da anexação da Áustria tornava-se, assim, evidente. A 12 de Março de 1938 dá-se o *Anschluss*. Esta anexação da Áustria causa «évidemment de très vives inquiétudes en Tchécoslovaquie quoique dans la nuit du 11 au 12 mars, Goering ait donné au ministre tchèque à Berlin Mastuy l'assurance que l'entrée des troupes allemandes en Autriche était simplement "une affaire de famille" et que les troupes allemandes respecteraient les frontières tchèques.»³³

Na sequência da anexação da Áustria, Salazar diz que “tínhamos razão quando asseverámos não poder ser cometido maior erro que alinhar os povos por ideais de política interna, contrapondo-os depois, e fazer projectar nas relações internacionais as simpatias dos governantes pelos sistemas políticos.”³⁴

Após ter conseguido o primeiro passo para a tão desejada expansão territorial a 12 de Setembro Hitler volta a sua atenção para a Checoslováquia, despertando alguns receios ao anunciar que a sorte dos Alemães dos Sudetas era intolerável, e ao sugerir uma solução militar. Declara «que les Allemands des Sudètes étaient

³¹ Ver anexo: Mapa 1: Política expansionista e territorial Hitleriana, retirado da obra de FOLLY, Martin H. - *The Palgrave Concise Historical Atlas of the Second World War*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2004, p.6.

³² DUROSELLE, Jean Baptiste - *Histoire Diplomatique de 1919 à nos jours*. Paris: Dalloz, 1953, p. 235.

³³ *Idem*, p.245.

³⁴ SALAZAR, António de Oliveira - *Discursos e notas políticas: 1938-1943*. volume 3. 2ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, [1943, p. 36.



2010

“torturés” avec la complicité du gouvernement tchécoslovaque et que s’ils ne pouvaient eux-mêmes assurer leur defense, l’Allemagne s’en chargerait. Il n’indiquait pas encore clairement son désir d’annexer la zone des Sudètes, mais il mettait en valeur le droit des peuples à disposer d’eux mêmes, ce qui, pour ce cas particulier, signifiait évidemment que toute solution d’autonomie dans le cadre de l’Etat tchécoslovaque lui paraissait insuffisante.»³⁵

Devido a esta situação, e por iniciativa de Chamberlain, são realizadas duas conferências em Munique para satisfazer as exigências de Hitler por via diplomática. O Governo Checoslovaco foi pressionado para aceitar as novas disposições e a União Soviética foi propositadamente excluída.

Após uma semana de tensão extrema, foi formulado e assinado pela Alemanha, Itália, França e Grã-Bretanha, em Munique, a 30 de Setembro de 1938, um acordo. O mesmo fixou a aceitação por parte da Grã-Bretanha e França da exigência de Hitler de que o território checoslovaco dos Sudetas – habitado maioritariamente por população de língua alemã – passaria a pertencer à Alemanha.

O *Anschluss* fez da Checoslováquia «la prochaine proie de Hitler, qui trouvait au moins trois motifs de souhaiter la dépecer. Militairement, elle représentait un danger en cas de conflit avec la France; stratégiquement, son démantèlement ouvrait tous les accès à l’Europe centrale; politiquement, l’abaissement de la démocratie tchèque offrait aux dirigeants nazis une sorte de revanche sur l’Europe de Versailles».³⁶

Perante este facto, a Grã-Bretanha e a França adoptam uma política de apaziguamento, em que as concessões feitas às exigências da Alemanha Nazi têm como objectivo evitar a guerra e a sua reivindicação de mais territórios europeus.

No fundo “the Munich Conference of September 1938 has become shorthand for weakness in the face of obvious aggression and synonymous with the term ‘appeasement.’ Appeasement is an oft-heard term, but in this context it was the means by which the British and French in particular sought to pacify Hitler by agreeing to as many of his demands as possible in the hope of assuaging his ambition and;

³⁵ DUROSELLE, Jean Baptiste - Histoire Diplomatique de 1919 à nos jours. Paris: Dalloz, 1953, pp.250-251.

³⁶ AZÉMA, Jean Pierre, « Munich », in AZÉMA, Jean Pierre e BEDARIDA, François (dirs.) – 1938-1948, les années de la tourmente. De Munich à Prague. Dictionnaire Critique. Paris: Flammarion, 1995, p. 856.



2010

fundamentally, avoiding war. In fact the Munich Conference marked the end of appeasement and both Chamberlain and the French Prime Minister, Edouard Daladier [Carpentras, Vaucluse, 18/6/1884 – Paris, 10/9/1970. Primeiro Ministro francês e um dos signatários do Acordo de Munique. Vem mais tarde a 3 de Setembro de 1939 a declarar guerra contra a Alemanha, após a invasão da Polónia], knew that rearmament must continue at a pace, as Hitler had only been temporarily satiated.”³⁷ Pode ainda dizer-se que « la conférence de Munich avait sacrifié l’intégrité de la Tchécoslovaquie à ce que les partisans de la “politique d’apaisement” appelaient “la cause de la paix”. »³⁸

Nesta questão Londres « se fait le champion de l’appeasement, la politique systématique de conciliation à l’égard de l’Allemagne que défend avec acharnement le tory Neville Chamberlain, qui se voulait le missionnaire de la paix ».³⁹ Este acordo « déclarait que le problème des relations anglo-allemandes était de la "première importance" pour les deux pays et pour l’Europe » e é ainda importante reter que o acordo de Munique constitui « la meilleure preuve de leur volonté réciproque de vivre en paix. »⁴⁰ Após o regresso de Chamberlain a Londres, depois da assinatura do tratado, este ainda afirma que « je crois que c’est la paix pour notre époque. » Daladier não partilhava do optimismo que Chamberlain, « il sentait à quel point la France avait perdu de son prestige en abandonnant un pays avec lequel elle avait signé une alliance. Il existait en France un fort courant "anti-munichois", qui se développa dans tous les partis. Cependant M. Georges Bonnet était favorable à la signature d’un accord franco-allemand de non-agression similaire à l’accord anglo-allemand. »⁴¹ A França de Daladier foi « constamment à la remorque de l’événement et dont l’attitude

³⁷ HAVERS, Robin – *The Second World War. Europe 1939-1943*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2005, p. 24.

³⁸ DUROSELLE, Jean Baptiste - *Histoire Diplomatique de 1919 à nos jours*. Paris: Dalloz, 1953, p. 257.

³⁹ AZÉMA, Jean Pierre, « Munich », in AZÉMA, Jean Pierre e BEDARIDA, François (dirs.) – *1938-1948, les années de la tourmente. De Munich à Prague. Dictionnaire Critique*. Paris: Flammarion, 1995, pp. 857-858.

⁴⁰ DUROSELLE, Jean Baptiste - *Histoire Diplomatique de 1919 à nos jours*. Paris: Dalloz, 1953, p.258.

⁴¹ *Idem*



2010

n'a cessé d'être ambivalente. Si le réflexe premier de Paris avait bien été de défendre Prague, son ralliement final à la politique d'apaisement lui fera trahir son alliée tchèque». ⁴²

Para alguns historiadores a política de apaziguamento foi inevitável ou foi mesmo a única política possível na altura. Quando Chamberlain se tornou primeiro ministro, em 1937, « decided he would try to satisfy the German grievances left by the Treaty of Versailles, in the hope that this would encourage Hitler to live at peace with the rest of Europe.»⁴³ No essencial, os apoiantes desta política acreditavam que esta não era a solução mais lógica mas que era a única que realmente poderia prevenir um conflito mundial. Seria errado, porém, acreditar que este apaziguamento conduziria à paz a qualquer preço.

Existiram duas alternativas a este *Appeasement*. Uma das alternativas foi a Sociedade das Nações. A grande questão é que esta sociedade “had failed to prevent the military aggression of Japan in Manchuria (1931) and Italy in Abyssinia (1935), and its credibility was severely undermined, primarily because Britain and France had not upheld its major principles during key moments of crisis”. A Sociedade das Nações não funcionou porque aqueles que operavam por detrás da máquina que a poderiam fazer funcionar se recusaram a usá-la de forma eficaz. Na verdade, a Inglaterra e a França “paid lip service to the ideals of the League, thereby turning a good idea into a discredited one.”⁴⁴ Uma segunda alternativa para o apaziguamento, que foi mais fortemente defendida por Winston Churchill, era a ideia de criar uma grande aliança militar no seio anti-fascista, liderada pelas potências da Grã-Bretanha, França e União Soviética. Esta política baseada na força militar, se tivesse sido seguida, poderia ter detido Hitler e tê-lo impedido de iniciar mais cedo um conflito à escala mundial.

Entre a assinatura do Pacto de Munique, em Setembro de 1938, e Março de 1939 vimos que a Alemanha anexou também a região dos Sudetas. Neste sentido, «aucun plébiscite ne fut finalement organisé, les Tchèques y ayant renoncé. La

⁴² AZÉMA, Jean Pierre, « Munich », in AZÉMA, Jean Pierre e BEDARIDA, François (dirs.) – 1938-1948, les années de la tourmente. De Munich à Prague. Dictionnaire Critique. Paris: Flammarion, 1995, p. 858.

⁴³ MCDONOUGH, Frank - *Hitler, Chamberlain and Appeasement*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p.38

⁴⁴ *Idem*



2010

Pologne et la Hongrie prirent aussi leur part des dépouilles de la Tchécoslovaquie. Le colonel Beck», chef do Governo polaco, «était désireux de profiter de la crise pour annexer la Silésie de Teschen. Les polonais accusaient les Tchèques de maltraiter la population polonaise de cette région et ils soutinrent à fond les campagnes allemandes.»⁴⁵ A 19 de Setembro, Beck expôs as pretensões polacas sobre a anexação da região de Teschen e dia 21 do mesmo mês, o governo polaco denunciou o acordo polaco-checoslovaco de 1925 e reivindicou oficialmente o território de Teschen. « Malgré la pression soviétique (menace de dénoncer le pacte de non-agression de 1932) et française, la Pologne se rangea fermement aux côtés de L'Allemagne. Le gouvernement tchèque hésita d'abord, et le 22 septembre, Benès écrivit au Président Moscicky pour lui proposer une "explication franche et amicale". Il acceptait seulement le principe d'une rectification de frontière. Mais une légion silésienne se constituait à Varsovie, et l'on pouvait craindre un coup de force. Sitôt connu l'accord de Munich, le 30 septembre, Beck adressa un ultimatum brutal. Les revendications territoriales polonaises devaient être acceptées avant le 1^{er} octobre à midi. Le délai fut prolongé d'une heure et la Tchécoslovaquie céda. Les troupes polonaises franchirent l'Olza le 2 octobre et entrèrent à Teschen. La frontière fut définitivement fixée par un échange de notes du 1^{er} novembre ; la Pologne obtenait un territoire de 1.000 km², peuplé de 230.000 habitants.»⁴⁶

A 15 de Março de 1939, os alemães marcharam para o interior da Checoslováquia, fazendo desta um protectorado da Alemanha, anulando assim o Pacto de Munique e comprovando as suspeitas dos ingleses quanto às intenções de Hitler.

Seguindo a sua política expansionista, "the final act that escalated local disputes into a major European and ultimately a world war was the German invasion of Poland. Following Hitler's move against the rump state of Czechoslovakia, the British government offered a military guarantee to Poland, intending to demonstrate to Hitler that a repetition of Munich would not be countenanced".⁴⁷

⁴⁵ DUROSELLE, Jean Baptiste - *Histoire Diplomatique de 1919 à nos jours*. Paris: Dalloz, 1953, pp. 259, 260.

⁴⁶ *Idem*

⁴⁷ HAVERS, Robin – *The Second World War (2), Europe 1939-1943*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2005, p. 24.



3.2. Portugal e a preparação do conflito

Nos anos 30, Portugal era um pequeno país com um grande Império espalhado por três continentes. A aliança inglesa explicava a manutenção durante séculos da posição de privilégio e, segundo António Telo, "Salazar sabe-o" e, sendo assim, "nunca põe em causa a pedra basilar da política externa portuguesa".⁴⁸

No quadro de uma conjuntura internacional como o da segunda metade dos anos 30, na qual "a operatividade de uma *Pax Britannica*, arbitral ou impositiva, ia perdendo terreno a um ritmo impressionante", a sinergia desencadeada pelo Salazarismo parece "querer imprimir à acção e à própria definição internacional de Espanha e Portugal determinados movimentos com um grau de agressividade que seguramente não teria sido possível fora da conjuntura que se criara."⁴⁹

O reajustamento da Aliança luso-britânica – expressão utilizada por Fernando Rosas e de Hipólito de la Torre, por exemplo – revela-se-nos como um caso evidente da capacidade de iniciativa salazarista, com uma primeira fase com características muito próprias, já que ocorre em período de *paz armada* no continente e tem a guerra de Espanha como terreno de definição.

O relacionamento entre Portugal e a Inglaterra neste período é condicionado por três factores. A ascensão da Alemanha, porque provoca uma crescente tensão na Europa, a necessidade de rearmamento português e a situação da Península Ibérica no começo da Guerra Civil Espanhola.

Em 1938, com a política de apaziguamento a Inglaterra começa a alterar a sua atitude de fundo em relação à Península Ibérica, pois, «mediante as convergências de interesses estratégicos, mais que políticos, protagonizados pelas diplomacias londrina e lisboeta, naquele momento claramente favoráveis ao apaziguamento das tensões internacionais sistematicamente provocadas pelas potências fascistas, a "Aliança [luso-britânica] vai conhecer um novo período de vitalidade, mas já em novas bases": as de uma política de *neutralidade peninsular*, de "manutenção de paz na Península,

⁴⁸ TELO, António José - *Portugal na Segunda Guerra*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1987, p.26.

⁴⁹ LOFF, Manuel – *O Salazarismo e o Franquismo na época de Hitler*. Porto: Campo das Letras, 1996, p. 163-164.



2010

elemento fundamental da nossa política externa que sempre devemos ter em conta"⁵⁰, simultaneamente com manifestações, por parte portuguesa, de defesa de uma política de apaziguamento internacional tão acentuada que gradualmente se afastará do *appeasement* britânico dos tempos de Chamberlain e Halifax.»⁵¹

A crise nas relações com a Inglaterra é provocada pelo apoio a Franco e só foi superada devido à abertura inglesa. Portugal mantém-se numa posição difícil pois continua praticamente desarmado quando o conflito europeu parece iminente.

Acerca dos acontecimentos da política internacional Salazar expressa a sua opinião num discurso na Assembleia Nacional, na sessão de encerramento da I Legislatura, a 28 de Abril, em que faz o balanço dessas realizações da política externa: “A Europa está bastante inquieta e um dos sinais do seu nervosismo é sem dúvida o ciúme que provocam manifestações correntes de boa amizade internacional e a necessidade de reafirmações sucessivas dos mesmos sentimentos, como se os tratados e os acordos não vivessem da confiança na palavra dos Estados mas se alimentassem como derriços de constantes declarações sentimentais. Nós não adoptamos porém essa forma de proceder, nem na verdade tenho nada a acrescentar ao que disse sobre a aliança inglesa em 6 de Julho do ano passado. Às mesmas necessidades e interesses correspondem os mesmos sentimentos e compromissos: daqui não se falta ao devido; e da parte da Inglaterra estou certo de que também não. Em todo o caso não fujo a notar que nos últimos meses, por vezes em dias seguidos, jornais de esquerda em Inglaterra (é certo que de muito baixa cotação) agridem Portugal, convidam o Governo Britânico a rever, como quem diz a abandonar a aliança, sugerem-lhe se apodere para a sua segurança de territórios nossos, e parlamentares da oposição insistentemente o provocam a responder sobre a validade dos tratados e a sua aplicação às colónias, não certamente pelo gosto de ouvirem confirmar a plena validade de compromissos antigos. Ora nós sempre considerámos por nossa parte a aliança como negócio de Estado e não fruto de simpatias de partido, e de que assim também tem sido do lado inglês temos as provas das declarações terminantes que a esse respeito foram feitas por membros da actual oposição quando

⁵⁰ Monteiro cit. in, LOFF, Manuel – *O Salazarismo e o Franquismo na época de Hitler*. Porto: Campo das Letras, 1996, p. 167.

⁵¹ LOFF, Manuel – *O Salazarismo e o Franquismo na época de Hitler*. Porto: Campo das Letras, 1996, p. 167.



2010

no governo, com tal força se lhes impunha, juntamente com as responsabilidades dos interesses britânicos, a comunidade de interesses angloportugueses em que se funda a aliança.⁵²

Durante a crise de Munique e as negociações para o acordo de Munique Salazar reage com cautela – uma atitude típica de Salazar num período de crise. As tentativas de aproximação por parte da Inglaterra acentuam-se pois o estreitar dos laços com Portugal é uma garantia e uma forma de pressão sobre a Espanha. Salazar chega mesmo a poder dizer: “a opinião aqui tem seguido com máximo interesse questão sudeta com ansiedade ali possa gerar-se conflito internacional mas tem-se conservado calma. Não devemos deixar supor que opinião portuguesa julga que conflito em volta Checoslováquia nos arrasta inevitavelmente.”⁵³

Acerca de Munique, Salazar ainda afirmava que “saíram de Munique, senão uma nova Europa, ao menos as perspectivas de uma Europa muito diferente. (...) acabou-se nos últimos meses a obra de uma destruição de Versalhes e em poucas horas se substituíram por outras as bases que foram da política europeia durante dezenas de anos. Isto não é necessariamente a guerra. Pelo contrário, é bem possível encontrar para os problemas que ficaram ou surgiram desta crise soluções de colaboração amigável, talvez até com mais facilidade que nas circunstâncias anteriores.”⁵⁴

Algumas semanas depois do acordo de Munique, Oliveira Salazar, prestou ainda, a sua douta concordância à tese que sustentava ser “insensato supor que a Alemanha poderia indefinidamente resignar-se ou viver numa espécie de menoridade que violentava a sua consciência nacional”, porque, “a ser possível, privaria em qualquer caso a Europa da extraordinária capacidade de organização e de trabalho de muitas dezenas de milhões de homens superiormente apetrechados e cultos.”⁵⁵

⁵² SALAZAR, António de Oliveira - *Discursos e notas políticas: 1938-1943*. volume 3. 2ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, [1943], pp 79-80.

⁵³ Telegrama n.º 192, Lisboa, 14/9/1938, Salazar a Monteiro, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol I. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 427-428.

⁵⁴ Salazar citado in, LOFF, Manuel – *O Salazarismo e o Franquismo na época de Hitler*. Porto: Campo das Letras, 1996, p. 234.

⁵⁵ *Idem*, p. 137.



2010

A paralisia de Salazar, numa altura em que Monteiro dá a entender veladamente que se poderia tentar obter uma base de relacionamento mais vantajosa com Londres, parece dever-se a duas razões: a questão colonial e a reacção dos países do Eixo.

Acerca da questão colonial algo se tem a dizer. Em primeiro lugar, é importante referir, que de 1911 a 1914, existiram negociações entre a Alemanha e a Grã-Bretanha que tinham como objectivo a divisão das colónias portuguesas. Em 1935, esta questão "renascia, ganhando maior expressão pública", em 1936, "com as notícias publicadas em Junho na imprensa francesa, de que nas conversações navais anglo-alemãs, travadas em Londres entre Baldwin e Ribbentrop se havia discutido a transferência das colónias portuguesas para a Alemanha", sobretudo a "anexação", se assim poderemos chamar, de Angola. A referência a estas ambições germânicas tivera um forte impacto em Portugal. Monteiro referiu a Eden, e salientou com a maior ênfase, que com as eventuais reivindicações em África, por parte da Alemanha, e que já vinham desde Versalhes, "em nenhuma circunstância" o seu país cederia "uma só polegada do seu território colonial", lutando até ao último extremo para o preservar."⁵⁶ Após o Tratado de Versalhes, a Alemanha pretendeu recuperar os territórios perdidos aquando da Primeira Guerra Mundial. Em 1937, esta questão volta de novo à superfície e, em Janeiro de 1938, numa nota oficiosa Salazar nega categoricamente a intenção de fazer qualquer cedência colonial: "Alheios a todos os conluios" -, concluía a nota -, "não vendemos, não cedemos, não arrendamos, não partilhamos as nossas colónias, com reserva ou sem ela de qualquer parcela de soberania nominal para satisfação dos nossos brios patrióticos. Não no-lo permitem as nossas leis constitucionais; e na ausência desses textos não no-lo permitiria a consciência nacional."⁵⁷ Sobre esta questão, ainda podemos acrescentar, que o governo Português, provavelmente, acharia que a Alemanha não viria a praticar violência sobre um país cuja natureza política e ideológica não contrariava a política alemã. A Segunda Guerra Mundial seria, contudo, um ciclo de permanente ansiedade perante o futuro do Império Colonial Português. Segundo Manuel Loff, "ao longo das campanhas

⁵⁶ ALEXANDRE, Valentim – *O roubo das almas, Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006, p.58, 118.

⁵⁷ *Idem*, p.287.



2010

revisionistas dos anos 30", apercebemo-nos da existência de "reivindicações alemãs e até mesmo polacas", e conseguimos perceber também os "efeitos que as reivindicações alemãs poderiam provocar junto dos britânicos, eventualmente disponíveis para apaziguar os alemães com a promessa de territórios coloniais portugueses."⁵⁸ Será que estas reivindicações polacas em relação às colónias portuguesas, ou até indicação da má gestão colonial por parte dos portugueses, pode ter levado Salazar a ficar com um "certo ressentimento" perante este país, embora fosse um país de natureza católica tal como Portugal?

Na conferência com o embaixador de Espanha, no Caramulo, a 16 de Setembro de 1938, e perante a hipótese de um possível conflito europeu, pode perceber-se que sobre a posição de Portugal. Salazar diz que “o que devemos por lealdade dar conhecimento à Inglaterra por ser o que verdadeiramente lhe importa e que V. Ex.^a exporá verbalmente no F.O.”⁵⁹ é o seguinte: Sabemos que a Espanha nacionalista não tem compromissos nem com a Alemanha nem com a Itália que a impeçam de manter-se neutral no caso de conflito europeu originado na questão checa. Sabemos ainda que de facto ele considera do seu interesse e deseja manter a neutralidade nas referidas circunstâncias, sem desconhecer, é claro, as dificuldades e complicações que podem resultar, para essa situação, do alastramento do conflito. Nestas condições a Espanha pretende garantir o respeito pela segurança das fronteiras portuguesas, afirmando que se manterá neutral para com o nosso país, e deseja que Portugal lhe declare que também garante o respeito pela segurança das fronteiras de Espanha, situação esta que parece ser igualmente a que corresponde aos nossos interesses.”⁶⁰

Neste telegrama de Salazar a Monteiro, onde é expresso o conteúdo da conferência com o embaixador de Espanha, é possível constatar que estava patente que o “Governo Espanhol teria” todo o desejo “de assinar com Portugal um pacto de

⁵⁸ LOFF, Manuel - “O nosso século é fascista!” *O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras, 2008, p. 229.

⁵⁹ F.O. – Foreign Office

⁶⁰ Telegramas n.º 199 e 200, Lisboa, 24/9/1938, Salazar a Monteiro, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol I. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 444-445.



2010

não-agressão”⁶¹, afirmação do General Jordana (Ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha) ao embaixador português em Burgos.

Em Janeiro de 1939, a paciência da Inglaterra pela inacção portuguesa está no limite. O Foreign Office faz pressão directa, indicando que o pacto de não-agressão com a Espanha seria uma ajuda interessante. A mensagem é demasiado clara para que Salazar continue a hesitar.

A 17 de Março de 1939, é assinado em Lisboa o pacto que fica conhecido como *Peninsular* ou *Ibérico*. O processo que conduziu à assinatura deste Tratado de Amizade e Não Agressão teve a sua origem na agudização das tensões internacionais, sobretudo a partir de Março de 1938, com o *Anschluss* e a reivindicação alemã dos Sudetas, e tem as suas primeiras manifestações diplomáticas justamente em plena crise checa, em Setembro do mesmo ano. Este tratado, para Portugal, tem a principal vantagem de contribuir para a neutralidade da Península e tornar mais difícil o envolvimento de terceiras potências. Acerca do tratado, Salazar afirma, a 22 de Maio de 1939, no discurso perante a Assembleia Nacional que “o tratado de amizade com a Espanha é bem o coroamento de uma obra e a pedra angular de uma política.”⁶²

Nos meses anteriores à invasão da Polónia, enquanto Salazar persistentemente procurava aproximar as diplomacias francesas e inglesa da Espanha de Franco, Monteiro comprovava a suspeita que conquistou alguns responsáveis do Foreign Office de que “fomos utilizados pelos espanhóis como meio de fazer pressão sobre Londres”, advertindo Lisboa que Londres já “ não [tem] inteira confiança na nossa atitude por vários motivos.”⁶³

Nas últimas semanas, antes da assinatura do acordo de Munique, o mundo viveu horas de grande inquietação. Por todo o lado era visível uma desusada actividade diplomática, apelos patrióticos, medidas defensivas das cidades, evacuação de populações, movimentos de tropas, que faziam pressentir iminente a grande catástrofe. Surgiam os rumores de perigo, e seguiam-se com ansiedade o desenrolar

⁶¹ idem

⁶² Salazar citado in, TELO, António José - *Portugal na Segunda Guerra*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1987, p. 44.

⁶³ Monteiro citado in, LOFF, Manuel – *O Salazarismo e o Franquismo na época de Hitler*. Porto: Campo das Letras, 1996, p. 207.



2010

dos acontecimentos que reflectiam a angústia e a dúvida universal. “A Europa tem ainda esta excepcional posição e singular privilégio de que as suas grandes crises políticas parecem abalar os alicerces do Mundo”. Salazar, sobre esta situação, diz que “nenhuma declaração entendi dever fazer, como entendi evitar ao nosso povo a precipitação de medidas custosas e graves, que aliás supunha desnecessárias. Era minha convicção segura que não haveria guerra. De facto ninguém queria a guerra; ninguém estava preparado militar e economicamente para ela; a questão de que deveria sair o conflito estava posta dos dois lados no terreno dos princípios por que nos últimos vinte anos se tem pretendido afeiçoar e dirigir a vida internacional.”⁶⁴

As razões que convenciam Salazar da improbabilidade da guerra tranquilizavam-no. Salazar chega mesmo a afirmar: “tratava-se de um conflito sem qualquer interesse para nós e por causa de um Estado [a Checoslováquia] com o qual não nos vimos mesmo forçados a ter relações normais [Portugal e a Checoslováquia desde 1937 que mantinham relações cortadas]. Mas um conflito extenso teria repercussões imprevisíveis e pelo fatal encadeamento das coisas ninguém poderia saber até quando e até onde ficaria indemne da sua acção, tanto mais que à nossa porta o problema espanhol poderia converter-se – e muitos o desejavam - num aspecto ou sector de grande luta.”

Salazar afirmou, inclusive, sobre este mesmo assunto, que “é estranho pretender que aos países vencidos na Grande Guerra nenhuma imposição se deveria fazer, é insensato supor que a Alemanha poderia indefinidamente resignar-se ou viver numa espécie de minoridade que violentava a sua consciência nacional e, a ser possível, privaria em qualquer caso a Europa da extraordinária capacidade de organização e de trabalho de muitas dezenas de milhões de homens superiormente apetrechados e cultos.”⁶⁵

⁶⁴ Discurso de Salazar, Lisboa, 27/10/1938, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol I. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 33.

⁶⁵ Discurso de Salazar, Lisboa, 27/10/1938, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol I. Lisboa: MNE/Imprensa Nacional, pp. 34-35.



3.3. A neutralidade portuguesa no contexto dos antecedentes do conflito

Para Portugal iniciava-se um delicado esforço diplomático, flutuando frequentemente, ao sabor dos sucessos e reveses dos vários países em confronto, procurando obter uma política de neutralidade ante qualquer conflito europeu.

Como já foi referido, no final do subcapítulo 2.5. sobre o Estado Novo e o Salazarismo, consolidado internamente o Estado Novo, Salazar reelabora, em 1935, as grandes linhas da política externa: de costas voltadas para o continente europeu, projectada sobre o Atlântico e o Império e escorada, como condição indispensável, na protecção da Aliança luso-britânica, procura habilmente diversificar dependências e alargar o espaço de manobra através de uma prudente aproximação económica e política com a Alemanha do III Reich. Estratégia que a guerra civil de Espanha permite desenvolver. Este conflito foi um primeiro grande desafio à estabilidade do regime. O Governo Português sai da guerra civil duplamente fortalecido no plano externo, pela nova margem de manobra e autonomia relativa face à Grã-Bretanha, com quem, durante o conflito e por causa dele se vivem momentos de grande tensão, no plano interno, porque o regime consolida política e policialmente a sua segurança, e Salazar o seu prestígio.

Durante o período de 1939-1945 nenhum governo ou instituição solicitou a beligerância portuguesa: nem o Eixo, nem tão pouco os Aliados. Pelo contrário, segundo afirma António José Telo, “toda a documentação ao nosso dispor demonstra que sempre que se punha esse problema a resposta era invariavelmente que ela não interessava”.

O argumento principal, porém, era sempre o mesmo: “o preço dessa beligerância excede o que se poderia ganhar com ela”. Em suma, nunca houve qualquer pedido para que Portugal abandonasse a neutralidade embora o Governo Português a tenha posto em causa num período mais avançado do conflito, e isso notou-se “quando, por exemplo, a Inglaterra solicitou a cedência de bases nos Açores, tinha por detrás uma análise do Estado Maior Conjunto Britânico que concluía que a cedência não levaria Portugal para o conflito.” Esta afirmação mostra que a Inglaterra, e mesmo os EUA, queriam que Portugal mantivesse a neutralidade. Portugal põe em causa essa neutralidade no final da guerra, em 1944, quando “pede aos aliados para



2010

participar na operação de reocupação de Timor, através do envio de um corpo expedicionário que seria concentrado em Moçambique."

O facto de nunca ter sido pedida a beligerância de Portugal no conflito é bem revelador, significando que a própria situação internacional nas várias fases da guerra condicionou a posição de Portugal. Segundo Telo, na realidade "pode dizer-se que o sistema internacional durante a guerra aponta para uma tendência dupla". Existe, assim, uma tendência para a neutralização do espaço continental português mas também, paralelamente, uma tendência para o envolvimento no conflito do espaço atlântico – "triângulo estratégico"⁶⁶.

A partir do equilíbrio e do jogo destas duas tendências é que se desenha e redefine a neutralidade portuguesa durante as várias fases da Segunda Guerra Mundial. É hoje possível afirmar, e sem correr o risco de exagerar, que a política externa constituiu uma preocupação secundária do Estado Novo português nos primeiros anos da sua existência, mais concretamente até à eclosão da Guerra Civil de Espanha, em 1936. A partir deste período dá-se uma significativa inflexão na política externa e de defesa nacional e é nesta mesma fase que se iniciam rivalidades na Europa que irão levar ao início do conflito. Portugal, devido aos acontecimentos internacionais, vê a necessidade de repensar e redefinir as directrizes fundamentais do relacionamento com o exterior. Esta redefinição começa pelo campo de defesa e não pela política externa. Esta situação leva-nos a duas correntes que concordam em certos princípios básicos, muito bem expressos por Luís Teixeira de Sampaio e Armindo Monteiro mas, apesar dos princípios básicos comuns, divergem em termos de actuação concreta. Ambos são da opinião que a trave mestra do posicionamento nacional tem de continuar a ser a aliança com a Inglaterra embora esta obrigue a uma política de "frente para o mar e de costas para o continente"⁶⁷.

Onde surgem divergências entre estas duas correntes é justamente no facto de se saber qual a margem de manobra e autonomia de Portugal no seio da aliança inglesa. Neste ponto, a divergência entre Teixeira de Sampaio e Armindo Monteiro é

⁶⁶TELO, António José, "A neutralidade portuguesa na segunda guerra mundial" in TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) - *Portugal e a Guerra, História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais séculos XIX e XX*. Lisboa: Colibri, 1998, p. 109-110.

⁶⁷TELO, António José, "A neutralidade portuguesa na segunda guerra mundial" in TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) - *Portugal e a Guerra, História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais séculos XIX e XX*. Lisboa: Colibri, 1998, p. 111.



2010

evidente. Teixeira de Sampaio defende que, nas novas circunstâncias que se desenham na Europa, a margem de manobra de Portugal pode e deve ser alargada.

O problema da autonomia em relação à Inglaterra coloca-se com grande acuidade a partir do momento em que estala a guerra civil espanhola. Portugal define uma política de intervenção aberta neste conflito, com um apoio discreto mas efectivo ao lado nacionalista. É uma política aplicada mesmo antes da guerra começar, pois uma parte da conspiração passa por Portugal, onde reside o seu principal chefe militar. O apoio será especialmente útil aos nacionalistas nos primeiros meses da guerra, quando o território nacional serve de elo de ligação entre as duas zonas de Espanha ocupadas pelas suas tropas. O envolvimento de Portugal nos assuntos internos da Espanha é um corte com a tradição nacional, que se baseia justamente na ideia de que é perigoso intervir nos conflitos de um vizinho mais poderoso, nomeadamente porque há o risco de o lado que é apoiado não ser vencedor; mas, mesmo que o lado apoiado seja vencedor os riscos para um pequeno poder são bastante elevados. A situação complica-se quando, logo a partir de fins de 1936, o apoio de Portugal ao lado nacionalista provoca um esfriamento das relações com a Inglaterra. Londres chega mesmo a advertir que é perigoso fomentar a vitória de um regime pró-alemão na Espanha, até porque este pode ser levado a alinhar contra a Inglaterra em caso de uma guerra europeia, colocando Portugal numa situação bastante melindrosa pois “se apoiasse a Inglaterra corria o risco de ser invadido pela Espanha, se o não fizesse punha o Império e a política secular em causa.”⁶⁸ Armindo Monteiro tende a concordar com o argumento britânico e afasta-se do pensamento de Teixeira de Sampaio e de Oliveira Salazar no que se refere a esta questão.

Antes e ao longo dos primeiros meses do conflito, também Veiga Simões [Arganil, 16712/1888 – Paris, 1/12/1954. De 1933 a 1940, é enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Berlim, onde acompanha o processo que conduziu à Segunda Guerra Mundial], se esforçou por continuar a tirar partido do bom relacionamento com as mais diversas esferas de decisão alemãs, de forma a manter o Ministério dos Negócios Estrangeiros ao corrente do evoluir das intenções e dos sucessos nazis. Através destas informações que chegavam de Berlim, Portugal sabia

⁶⁸ TELO, António José, “A neutralidade portuguesa na segunda guerra mundial” in TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) - *Portugal e a Guerra, História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais séculos XIX e XX*. Lisboa: Colibri, 1998, pp. 112-113.



2010

qual era a opinião que a Alemanha tinha acerca da sua posição de neutralidade perante um conflito que começava a assolar o território europeu. Nesta fase a Inglaterra começava a sentir alguns receios em relação à crescente influência da Alemanha em Portugal.

Na fase inicial, a guerra processou-se sem grande intensidade numa zona bem limitada, pelo que a Península Ibérica e o espaço Atlântico não eram pontos estrategicamente importantes para o conflito germano-polaco e, por isso, nenhum dos beligerantes pressiona os estados ibéricos para abandonarem a sua situação. Acalenta-se a esperança de desenvolver uma política autónoma em relação aos beligerantes.

Através da imprensa periódica, quer da imprensa política do regime quer da imprensa de natureza católica, é possível constatar um pouco da suposta posição *neutra* que Portugal tomou: “A neutralidade em que Portugal se encontra é um verdadeiro dom da Providência, sejamos-lhe por isso gratas. Decorrerá a guerra em longínquas paragens. (...) Confiemos na acção do Governo, tanto para a orientação da política externa do país, que tem sido feita com tão alta visão nos transes mais difíceis e melindrosos como para a política interna, em que se faz mister haver agora muito maior coesão e serenidade”.⁶⁹ Nesta mesma edição do diário *A voz* afirmam ainda: “Grande benefício devemos a Deus os portugueses, tão distantes das zonas de guerra.”⁷⁰

3.4. A relação entre Salazar e o Vaticano nos antecedentes do conflito

As relações entre o Estado e a Igreja assumem particular importância no Salazarismo. Contudo, apesar da enorme influência católica na instauração e consolidação do Estado Novo, não se pode concluir que o salazarismo tenha sido um regime confessional.

Para Braga da Cruz, “o salazarismo foi, do ponto de vista das relações do Estado e a Igreja, não um nacional-catolicismo, à semelhança do ocorrido em Espanha, mas um «catolicismo», em que à laicidade do Estado se associou uma

⁶⁹ In *A voz*, Lisboa, 7/09/1939, página 1.

⁷⁰ In *A voz*, Lisboa, 7/09/1939, página 6.



2010

orientação católica dominante, à separação jurídica se juntou uma estreita colaboração moral, com a independência dos poderes conviveu um entendimento na prossecução dos interesses de ambos que, em muitos aspectos, foram coincidentes.”⁷¹

Em 1970, surgem alguns trabalhos sobre o papel das instituições religiosas nos regimes autoritários. Os trabalhos ultrapassaram a mera constatação da extrema unidade, senão simbiose, entre a “questão religiosa” e o derrube do regime liberal e, acima de tudo, da matriz ideológica e política do ditador. Richard Robinson salientou «a importância de organizações como o CADC e o Centro Católico, como matriz do “Estado Novo”, contrapondo a formação de um jovem grupo de intelectuais e políticos à crescente influência do integralismo lusitano, o mais importante dos agrupamentos ideológicos antiliberais nas vésperas da queda da República parlamentar, mas não avançou até ao período do regime.»⁷² A contribuição de Silas Cerqueira concentrou-se depois no papel da Igreja Católica ao longo do Salazarismo.

O papel da Igreja no regime foi muito plurifacetado. Não se tratou apenas de um apoio político público sempre que isso lhe foi pedido ou a esse esforço se prestou voluntariamente, emprestando-lhe grande parte dos seus ritos e símbolos. A Igreja Católica portuguesa forneceu ao regime e ao Estado, para além disso, “um modelo de mobilização, sincronizando o “renovar da prática religiosa” e do *piétisme* popular com a função “salvadora” do novo poder político, aspecto por vezes subestimado.” Sendo assim, não contribuiu apenas para a matriz ideológica do regime, antes tendo sido “um instrumento essencial dele, sempre submetida à sua direcção política.”⁷³ Com efeito, a adiada Concordata (prevista desde 1933, só se assinou em 1940), manteve alguns princípios-base da separação entre a Igreja e o Estado. Como salientou, Hermínio Martins, “enquanto em Espanha a concordata de 1950 ofereceu à Igreja virtualmente tudo o que ela poderia pedir, a portuguesa não transformou Portugal num Estado

⁷¹ CRUZ, Manuel Braga da – *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Editorial Bizâncio, Coleção Torre de Babel, 1998, página 15.

⁷² Robison cit. in, PINTO, António Costa – *O Salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 59.

⁷³ Silas Cerqueira cit. in, PINTO, António Costa – *O Salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 59-60.



2010

confessional nem a Igreja recebeu privilégios financeiros ou educacionais consideráveis.”⁷⁴

A partir de 1938, com a Igreja são normalizadas as relações mútuas através da Concordata com a Santa Sé e do Acordo Missionário que será assinado em 1940. A Igreja vai constituir-se duradouramente como o principal instrumento de legitimação ideológica do regime e de enquadramento das populações sob os valores da ordem estabelecida.

A relação entre o catolicismo português e o Estado Novo é um dos factores essenciais que condicionam o relacionamento entre Salazar e o Vaticano. Este é um tema bastante complexo que gerou desde há muito um debate historiográfico com, pelo menos, duas posições contrastantes bem definidas.

Neste campo temos duas posições essenciais de dois historiadores. Se por um lado, temos a posição de Fernando Rosas que, "defende que à separação jurídica correspondeu durante o Estado Novo a realidade de uma subordinação funcional da Igreja ao Estado, que ele qualifica de neo-regalismo". Temos por outro, a posição de Manuel Braga da Cruz que, "defende que a separação, consagrada na Concordata de 1940, correspondeu à concretização de um cato-laicismo de Salazar, substancialmente distinto do nacional-catolicismo confessional que triunfou, por exemplo, na vizinha Espanha.”⁷⁵

Contudo, podemos perceber que existiu um perfeito entendimento entre Salazar e o Papado na forma de gerir as terríveis crises que a Europa viveu entre o início da grande depressão de 1929 e o fim da tragédia sangrenta da Segunda Guerra Mundial. Até 1945, há portanto, "um paralelismo importante na evolução dos problemas e dos objectivos estratégicos externos do Vaticano e de Portugal", pois, "ambos procuraram inverter uma posição frágil no campo internacional.”⁷⁶ Este esforço similar rapidamente favoreceu uma reaproximação, entre Portugal e o Vaticano, que estava perdida desde 1910. Com esta reaproximação, Portugal ganhava

⁷⁴ Hermínio Martins cit. in, PINTO, António Costa – *O Salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 60.

⁷⁵ REIS, Bruno Cardoso – *Salazar e o Vaticano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp. 327-328.

⁷⁶ *Idem*, p. 335.



2010

respeitabilidade internacional e o Vaticano recuperava uma relação diplomática perdida. Para Salazar e para o Vaticano, a situação europeia não augurava nada de bom.

Segundo Bruno Cardoso Reis, na obra *Salazar e o Vaticano*, Salazar estava cada vez mais atento ao perigo de um excessivo peso nazi na vizinha Espanha, perante o risco de o fim da guerra civil se colar com uma guerra geral europeia. Já no contexto da Segunda Guerra Mundial preocupou-se com as concentrações de tropas alemãs na fronteira dos Pirinéus.

Durante o período de preparação e do desencadeamento do conflito era Vasco Quevedo que se encontrava à frente da delegação portuguesa junto da Santa Sé. Os anos (1936-1940) foram dominados pelo impacto que a Guerra Civil de Espanha teve na política externa portuguesa. No cenário da Guerra Civil espanhola, "tudo o que pudesse estimular o empenho anticomunista do Vaticano e o seu apoio aos nacionalistas em Espanha só poderia parecer positivo e necessário a Salazar. Pois ele considerava que o Vaticano teve uma reacção mole, excessivamente prudente, perante o *alzimento* e Franco. " Neste sentido, percebe-se que com Vasco Quevedo a diplomacia portuguesa junto do Vaticano tivesse assumido uma "feição radicalmente anticomunista e, mais inesperadamente, pró-nazi e anti-semita. Em contraste com um cada vez mais claro empenho antinazi e anti-racista da Santa Sé."⁷⁷ Só no final da sua estadia na delegação portuguesa do Vaticano, com a Segunda Guerra Mundial já em curso e Salazar a assumir para Portugal uma neutralidade "imposta" pela Grã-Bretanha, no sentido de "honrar" a aliança secular existente entre Portugal e a Grã-Bretanha, é que Quevedo acaba por adoptar uma inversão parcial de posição. Mas mesmo assim, o entendimento deste diplomata da situação internacional e do que deveria ser a estratégia portuguesa e papal não se alterou radicalmente. Essa posição continuou marcadamente anticomunista.

O comentário que Quevedo faz à situação geral europeia e à inserção de Portugal na mesma é um facto revelador, segundo Bruno Cardoso Reis. Este afirma que "Quevedo defende o alinhamento português com os poderes continentais. É certo que recomendava que isso fosse feito de par com a manutenção da aliança inglesa – o que seria possível se o *appeasement* resultasse -, que não se atreve a pôr em causa

⁷⁷ REIS, Bruno Cardoso – *Salazar e o Vaticano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp. 95-96.



2010

directamente. Mas que desvalorizava, visto indicar que perante a provável necessidade de a sacrificar a um novo alinhamento isso deveria ser feito sem hesitações."⁷⁸

Inicialmente havia alguma convergência genérica entre Salazar e Quevedo. À medida que se consolidava a posição dos nacionalistas em Espanha, desenvolve-se uma divergência fundamental entre ambos. Salazar combateu cada vez mais claramente a ideia de blocos ideológicos como determinantes da vida internacional. Esta era precisamente o ponto-chave da postura de Quevedo.

Tendo em conta problemas havidos entre o Vaticano e Berlim, "qualquer associação entre o Estado Novo e as tendências pró-nazis só poderia ser altamente prejudicial", mas o "fantasma nazi" surgiu, de facto, para grande irritação de Salazar, a complicar as negociações concordatárias, e sendo assim, algumas "das atitudes de Quevedo só poderiam ter contribuído para isso", pois "o posicionamento pró-nazi de Quevedo estava, além disso, desfocado da estratégia externa definida por Salazar a partir de 1938."⁷⁹

Contudo, as atitudes de Quevedo foram-se ajustando às orientações de Salazar, embora apenas parcialmente. Quevedo informou o Vaticano do posicionamento oficial português aquando do início do conflito, nomeadamente numa audiência muito reveladora, a 19 de Setembro, com Pio XII em que disse: "Aludi à mensagem de V. Ex.^a ao País e à declaração por mim feita ao Cardeal Secretário de Estado, calcada sobre o despacho telegráfico de V. Ex.^a [...] referi-me à aliança com a Inglaterra, à qual éramos sempre fiéis e que não exigia até agora a nossa participação na guerra." Podemos assim concluir que "este encontro permite, portanto, confirmar, dias depois do início do conflito germano-polaco, a convergência entre a estratégia portuguesa e vaticana."⁸⁰ A questão da fidelidade de Portugal à aliança é discutível como veremos em capítulos posteriores.

Em suma, entre 1929 e 1937, "o panorama das relações entre Portugal e a Santa Sé é dominado pelas expectativas – do Vaticano, dos bispos portugueses e

⁷⁸ *Idem*, pp. 101-102.

⁷⁹ *Idem*, p. 108.

⁸⁰ REIS, Bruno Cardoso – *Salazar e o Vaticano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp. 108-109.



2010

mesmo de certos diplomatas ou ministros mais afoitos – de uma concordata. Já entre 1937 e 1943 viveu-se um intenso e complicado processo com rondas negociais sucessivas para negociação dos acordos e respectiva implementação. Este é, portanto, um período especial no relacionamento bilateral, que fica como que em suspenso do desfecho das negociações concordatárias, que chegou a estar em perigo, quer em 1939, quer em 1940."⁸¹ Nota-se um compromisso difícil no percurso até chegar à assinatura da Concordata. Foi em Março de 1939, que pela primeira vez o processo negocial ficou em sério risco de abortar, e obrigou Salazar a rever um pouco a dureza com que, desde o início abordou as negociações, na velha tradição unilateral portuguesa de lidar com o Vaticano. A 30 de Junho de 1939 ficou "completa e revista a cópia do documento de resposta a entregar ao núncio, o que sucedeu a 4 de Julho de 1939."⁸² No entanto, a contraposta portuguesa chegou numa época em que a temperatura aquecia a nível internacional em torno da questão de Danzig e do corredor polaco e se caminhava a passos largos para a Segunda Guerra Mundial, que rebentou a 1 de Setembro de 1939.

⁸¹ *Idem*, p. 326.

⁸² *Idem*. 158.



4. Do Desmembramento da Checoslováquia aos preparativos para o ataque à Polónia

Bastava lançar um olhar rápido sobre o mapa para ver que, depois do rearmamento da Alemanha, em 1935, da reocupação da Renânia, em 1936, da união com a Áustria – *Anschluss*, em 1938 e da anexação dos Sudetas, em 1938 e do Protectorado, em 1939, sem a Boémia e a Morávia, o grande objectivo da Alemanha era o isolamento da Polónia, embora ainda não tivesse uma estratégia clara, muito menos um plano pormenorizado. O objectivo dos estados ocidentais era impedir ou restringir ainda mais a acção da Alemanha, por toda a Europa e usar a Polónia como ponto de união. Já anteriormente, a política de apaziguamento tinha tido este mesmo objectivo.

Analisando em retrospectiva, podemos ver que a Polónia, por diversas razões, era um passo demasiado ambicioso para a Alemanha. Segundo Norman Davies, “em primeiro lugar, qualquer movimento da Alemanha contra a Polónia afectaria directamente a Rússia, o que colocaria também as Potências Ocidentais em jogo. Em segundo lugar, os Polacos, ao contrário dos Checos e dos Austríacos, não estavam dispostos a ceder a ameaças. Em terceiro lugar, as Potências Ocidentais começavam a perder a paciência. O acordo firmado em Munique serviria para testar as intenções de paz da Alemanha. Se Hitler encetasse uma nova aventura, Londres e Paris não voltariam a acreditar na sua palavra. Nem mesmo Chamberlain podia ser iludido para sempre.”⁸³

Sobre esta questão, Veiga Simões relata-nos a impressão dos acontecimentos no corpo diplomático, acreditado em Berlim, dizendo que os “chefes de missão que nutriam simpatia e intimidade com o regime declararam abertamente que este entrava por uma nova via em que compromissos e mesmo certos princípios foram calcados aos pés. A partir da anexação do território checoslovaco não existe mais um regime invocando a livre decisão dos povos disporem de si e constituírem um todo nacional, mas um rude imperialismo que ocupa e anexa o que encontra à mão e que tornou inevitável num futuro visível uma guerra que liberte a Europa de novos perigos,

⁸³ DAVIES, Norman - *A Europa em guerra 1939-1945*. Trad. Portuguesa. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 167.



2010

arbítrios e aventuras. Indica que pouco se sabe do futuro regime checo. Sabe-se apenas que será anexado ao Reich. A Polónia parece aceitar a solução geral da questão.”⁸⁴

Uma das consequências da ocupação militar da Checoslováquia foi a aproximação entre a Inglaterra e a Rússia. As perspectivas de paz afastavam estes dois países. As probabilidades de guerra aproximavam-nos. Em Setembro, depois de Munique, ninguém falou da Rússia. Esta tinha recuado para o fundo da sua solidão asiática. Agora voltava à baila. Nesta questão as ideologias estavam afastadas do debate. Para Armindo Monteiro a grande questão era: “mas como há-de aceitar uma Alemanha que ocupa sucessivamente os territórios vizinhos, sem provocação, sem razão, ontem levando na mão o princípio da *self-determination*, hoje bradindo a ideia da *self-preservation*? O que pode assim esperar-se do futuro?” e “Assim, a Rússia voltará a aparecer nos conselhos europeus como um elemento influente. A sua força externa repercutir-se-á na política interna de muitos países.”

Monteiro alerta para o facto de que no alinhamento próximo das forças em presença, existem dois factores fundamentais relacionados com a Itália e a Polónia. Este salienta que “a Polónia foi abertamente maltratada com a ocupação da Eslováquia, que imprudentemente se tinha apressado a reconhecer mal lhe ouviu o vagido da independência. Mas a Itália foi, de todos os países europeus, o mais gravemente atingido com a expansão alemã. Julga-se que Roma nada soube dos projectos nazis acerca da Checoslováquia, e que foi tão surpreendida com a marcha das tropas alemãs como Londres ou Paris.”⁸⁵

Após os acontecimentos de 15 de Março, Chamberlain anunciou uma garantia da independência polaca que também obteve o acordo do Governo francês. Nos finais de Março de 1939, Hitler informou a cúpula das forças armadas alemãs de que a “questão polaca” tinha que ser resolvida por meios militares. O elemento mais incomodativo era a separação da Prússia Oriental do resto da Alemanha pelo antigo território alemão conhecido como “corredor da Pomerânia”, desde 1919 sob soberania

⁸⁴ Telegrama n.º 40, Veiga Simões a Salazar, Berlim, 16/3/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 183.

⁸⁵ Ofício n.º 159 – proc. n.º 3, Monteiro a Salazar, Londres, 17/3/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, pp. 190-191.



2010

polaca. Além disso, o importante porto báltico alemão de Danzig tinha sido transformado numa “cidade livre”, para permitir a sua utilização por polacos e alemães.

Como já foi mencionado anteriormente, já desde Outubro de 1938, Hitler tinha pressionado a Polónia para que permitisse a construção de uma estrada extraterritorial através do corredor até à Prússia assim como a devolução de Danzig à Alemanha. Estes dois pedidos foram seguidos por sucessivos esforços diplomáticos depois em Janeiro e Março de 1939, o último dos quais provocou uma mobilização parcial polaca.

Varsóvia respondeu sempre negativamente aos avanços diplomáticos alemães de 1938 e 1939, assumindo acertadamente que eram meros pretextos para a expansão territorial alemã à custa da Polónia. Depois da cessão dos Sudetas à Alemanha, em 1938, Varsóvia temia que Berlim usasse tácticas diplomáticas parecidas contra a Polónia, num esforço para controlar o corredor, Danzig e alguns dos seus territórios ocidentais. A 31 de Março de 1939 o Governo britânico anunciou que garantia a segurança da Polónia, o que incluía a manutenção do *status quo* de Danzig.

A 3 de Abril, como reacção a essa garantia, Hitler finalmente deu ordens de preparação para o *Fall Weiss*⁸⁶, e ordenou que os preparativos estivessem concluídos até 1 de Setembro. No *Diário da Manhã*⁸⁷, pode ler-se uma afirmação de Chamberlain indicando que “se a Polónia fosse atacada” este não duvidava “de que o povo polaco resistirá” e “em caso de tal resistência, acrescentou, a França e a Inglaterra iriam imediatamente em socorro polaco.”⁸⁸ A 6 de Abril, pode constatar-se no mesmo periódico a seguinte afirmação: “deve assinar-se hoje em Londres, o acordo de assistência mútua, entre a Grã-Bretanha e a Polónia.”⁸⁹ Chamberlain “acrescentou que o acordo permanente, a que se refere, visará assegurar à Grã-Bretanha e à

⁸⁶ *Fall Weiss*, termo alemão que foi nada mais nada menos que o projecto para o ataque e invasão da Polónia preparado antes de 1939 e posto em prática a 1 de Setembro de 1939.

⁸⁷ O *Diário da Manhã* foi desde os primeiros tempos do Estado Novo o órgão oficioso do regime. “Dizer que era o oficioso é mais do que constatar o seu apoio e docilidade à orientação política do Estado Novo, atitude normal e praticamente unânime da imprensa legal de âmbito nacional então autorizada, salvando o pequeno *República*. Era o reflexo fiel das “nuances” das oscilações das particularidades da política governamental nos vários domínios.”, in, ROSAS, Fernando - *Salazarismo e a aliança luso-britânica*. Lisboa: Fragmentos, 1998, p. 137.

⁸⁸ “O momento internacional”, in *Diário da Manhã*, 4/4/1939, p. 1.

⁸⁹ *Idem*, 6/4/1939, p. 3.



2010

Polónia a assistência mútua dos dois países em caso de ameaça directa ou indirecta contra a independência de qualquer uma das nações.”⁹⁰

À garantia de independência da Polónia dada por Chamberlain na Câmara dos Comuns respondeu Hitler com um discurso de Wilhelmshaven e em que a nova atitude inglesa foi denunciada ao mundo como “a política de cerco” da Alemanha. Este discurso foi reproduzido na íntegra pelos principais órgãos da imprensa. Mas sobre ele poucos comentários incidiram. As passagens mais sublinhadas foram apenas aquelas em que a força da Alemanha e o desejo de lutar encontravam expressão: “quem não tem força não tem o direito de viver. Por isso fiz de novo a Alemanha poderosa e organizei a sua força armada, na terra, no mar e no ar. Aos estadistas que noutros países falam agora de rearmar e dizem que cada vez mais se armarão, só tenho uma coisa a dizer: não me cansarão. Estou disposto a continuar por este caminho e tenho a convicção de que nele avançarei mais rapidamente do que os outros. Se alguém realmente quer medir as suas forças com as nossas, o povo alemão em todas as ocasiões está posição de o fazer e eu estou preparado e resoluto. Hoje devemos confiar na nossa própria força e podemos estar contentes com os seus resultados”⁹¹, diz Hitler.

Estas frases foram comentadas com bastante calma pelos jornais ingleses, dando relevo à contradição que sempre existira entre as palavras e as acções de Hitler. Alguns notaram mais omissões do que afirmações: assim, foi reparado que nenhuma referência tivesse sido feita à Polónia. Uns, ligando o facto à circunstância do ano anterior, no célebre discurso de 6 de Setembro, não ter sido sequer mencionado o nome da Checoslováquia, viam neste silêncio um mau presságio; a técnica do Führer não lhe consentia falar da coisa que mais o preocupava no momento: agir primeiro e explicar depois era o seu preceito. Outros entendiam que não valia a pena interpretar as afirmações feitas, porque todas as conclusões eram possíveis; tentar fundar qualquer conclusão nos discursos de Hitler seria pura perda de tempo.

⁹⁰ *Idem*, 7/4/1939, p. 3.

⁹¹ Ofício n.º 228, Monteiro a Salazar, Londres, 13/4/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/Imprensa Nacional, pp. 249-250.



2010

A oposição a Chamberlain também expressa a sua opinião. Atribuía à má política do Governo “a presente trágica situação”, mas entendiam que o tempo das recriminações estava passado, o capítulo do apaziguamento acabado e que no novo capítulo da “ajuda mútua” as primeiras palavras tinham sido escritas e, como tal, compreendiam o pleno valor da garantia dada à Polónia e julgavam importante que os compromissos britânicos fossem conhecidos em toda a sua extensão. Achavam que o triplo acordo concluído (França, Polónia e Inglaterra) não bastava para satisfazer as exigências da presente situação. Eram da opinião, que o Governo deveria tomar medidas precisas para construir um sistema de ajuda mútua, claramente definido. Foi dito que «todos os países deviam ser convidados a entrar nesta nova fraternidade de nações, preparada para trabalhar pela paz e para a defender. Não podiam ignorar a Rússia – “que, uma vez admitida na Sociedade das Nações, tinha sido mais leal aos seus princípios e decisões do que o Governo Britânico. Sabia que contra a União Soviética se levantava toda a espécie de objecções ideológicas, mas nos tempos que corriam era importante mobilizar na causa da paz todos os Estados prontos a defender a paz. Qualquer que fosse o valor que se desse à força militar da U.R.S.S., não podia haver dúvida de que esta podia vir a ser o factor final, decisivo e esmagador do lado dos que procuram manter a paz no mundo”.»⁹²

A partir deste momento, começam as tentativas de negociação entre as democracias (Inglaterra e França) e a URSS. Como se percebe na citação anterior, nesta fase as questões ideológicas são postas de lado para que se possa chegar a uma situação de paz.

As palavras declaradas por Chamberlain foram cuidadosamente pesadas e representam o resultado do acordo feito entre a Inglaterra e a Polónia. Desse acordo resultam os seguintes pontos: «a) Os governos Britânico e Polaco estão em completo acordo acerca “de certos princípios gerais”; b) Estão dispostos a entrar num acordo geral, permanente e recíproco, destinado a substituir garantia temporária e unilateral dada ao Governo Polaco; c) Entretanto o Governo da Polónia confessa a obrigação de prestar assistência ao Governo de Sua Majestade em condições iguais às que constam da garantia temporária inglesa; d) O acordo permanente não será dirigido

⁹² Ofício n.º 228, Monteiro a Salazar, Londres, 13/4/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/Imprensa Nacional, p. 251.



2010

contra nenhum país, mas assegurará aos dois contratantes mútua assistência no caso de ameaça, directa ou indirecta, contra a independência de qualquer deles; e) A adopção destes princípios não impedirá nem a Grã-Bretanha nem a Polónia de fazerem com qualquer país acordos “no interesse geral da consolidação da paz.”»⁹³ Chamberlain ainda acrescenta a estes pontos, que sublinhou, alguns esclarecimentos: “a) Que o acordo existente entre a França e a Polónia é praticamente semelhante ao que se deseja concluir agora entre a Polónia e Grã-Bretanha; b) Que é intenção do Governo prosseguir nas conversas já iniciadas com outros países; c) Que, quando o acordo com a Polónia ficar pronto, se tomarão medidas precisas para o efectivar”, e por último “d) Que os Sovietes e os Estados Unidos têm sido informados de todas as negociações.”⁹⁴

Afirmava Monteiro que a imprensa fizera grande ruído à volta das garantias que reciprocamente se deram a Inglaterra e a Polónia, numa altura em que graves ameaças pesavam sobre este último país. A Alemanha acumulava tropas na sua fronteira oriental, Varsóvia mobilizava e tomava as posições estratégicas que a defesa do seu reclamava, prevenindo-se contra uma eventual surpresa. Teria a garantia britânica pesado na política europeia em termos de evitar uma guerra? A opinião era de que “alguns pouco se fiavam acerca da sinceridade da Polónia, visto que ainda há pouco esta se tinha aproveitado da desordem geral para comer uma pequena fatia da Checoslováquia.”⁹⁵ Sendo agressor ainda há umas semanas, como vinha agora desfraldar bandeira da resistência à agressão?

Havia ainda nestas negociações um ponto fraco e que era importante reter: a questão russa. Esta questão certamente viria a tomar um aspecto novo depois de concluídas as conversas que decorreram em Varsóvia e Bucareste. Monteiro dizia que o Governo Inglês tinha, então, uma maior liberdade de acção e, portanto, o F.O. tentava afastar possíveis conversas entre Moscovo e a Polónia, sem magoar as

⁹³ Ofício n.º 228, Monteiro a Salazar, Londres, 13/4/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/Imprensa Nacional, p. 255.

⁹⁴ *idem*

⁹⁵ Ofício n.º 228, Monteiro a Salazar, Londres, 13/4/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/Imprensa Nacional, p. 256.



2010

susceptibilidades da oposição e as da Rússia. De qualquer forma, não podia pôr esta de parte por vários motivos. Motivos esses que se prendiam com o facto de existir a necessidade de evitar que os Sovietes pendessem para o lado alemão, com a necessidade de salvaguardar a possibilidade de futura colaboração do exército russo em operações nos Balcãs ou noutras zonas e, por último, com a necessidade de assegurar o domínio do Báltico e o predomínio nos países que o rodeiam.

As negociações entre as democracias e a Rússia mantiveram-se num impasse e a Polónia continuou sempre a recusar obstinadamente que pudesse ser possível a passagem de tropas soviéticas. As insistências feitas por parte de Londres e de Paris junto de Varsóvia, para que os polacos permitissem o apoio russo, caso estes aceitassem as negociações, não surtiram qualquer efeito.

Informações vindas de Berlim, através de Veiga Simões, demonstravam que “ continuam os movimentos de tropas vindas da Checoslováquia para perto do corredor polaco; supõe-se devem servir para fazer pressão sobre Polónia para se obter o regulamento da questão de Dantzig de forma mais ou menos favorável a ambos os países.”⁹⁶

A questão de Danzig e do corredor polaco era meramente estratégica visando a ocupação de posições que permitissem à Alemanha impor-se à Polónia, repetindo o chamado *gesto checoslovaco*. Veiga Simões relatava que as informações recebidas na Wilhelmstrasse por parte das Embaixadas em Paris e em Londres são de que, ao menor ataque contra a Polónia, a França e a Inglaterra reagiriam. Mas, salienta ainda Veiga Simões, “a grande carta em que no momento se jogava era a Rússia. Julga-se que em caso de ataque da Alemanha, a Polónia pedirá auxílio russo embora, nas altas esferas alemãs, ainda se admite a possibilidade de a Rússia não se entender com a Inglaterra ficando numa posição neutral ou há ainda quem julgue no seio desta mesma esfera que será possível um acordo entre a Alemanha e a Rússia.”⁹⁷

Apesar das várias tentativas de Hitler chegar a acordos com a Polónia, a resposta desta fora sempre negativa. Nesse sentido Hitler adopta uma direcção

⁹⁶ Telegrama n.º 65, Veiga Simões a Salazar, Berlim, 13/4/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 257.

⁹⁷ Telegrama n.º 132, Veiga Simões a Salazar, Berlim, 30/5/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p.386.



2010

oposta: já que “ os ingratos polacos não estavam dispostos a dançar ao som da sua música, havia de lhes dificultar a vida.”⁹⁸ A garantia inglesa à Polónia leva Hitler a denunciar o tratado naval anglo-alemão e o acordo de 1934 com a Polónia. O *Fuehrer* “reivindicou o regresso de Dantzig à posse do Reich, a construção de uma estrada e de um caminho-de-ferro através do chamado corredor polaco e pediu à Inglaterra a devolução das antigas colónias alemãs.”⁹⁹ Este seria um “problema” que não devia ser a causa nem motivo de guerra. Hitler afirma ainda que “o exemplo da Checoslováquia deverá mostrar à Polónia até onde leva a obcecação de querer manter-se em posições tornadas insustentáveis” e que o “que a Polónia perde hoje nem na Eternidade o poderá reaver [sic].”¹⁰⁰ Estava assim aberta a luta contra a Polónia e contra a Inglaterra que iria decorrer “pacificamente” como tantas outras, nos últimos meses, conduzindo inexoravelmente à satisfação das legítimas reivindicações alemãs.

A opinião de Salazar sobre o projecto do pacto britânico com a Rússia é que, “embora nada tenhamos com os acordos realizados pela Grã-Bretanha com outros Estados que não afectem a nossa aliança, a coerência com nossas anteriores atitudes nos leva a afirmar lealmente a nossa descrença sobre o valor efectivo do auxílio prometido pela Rússia [aqui já se torna visível a "antipatia" e "desconfiança" que Salazar nutre em relação à URSS] quaisquer países e o receio de que os inconvenientes sobrelevem quaisquer possíveis vantagens no que toca à posição de terceiros Estados não só do Oriente da Europa mas ainda de outros que há todo o interesse não vermos afastar para outro lado por apreensões derivadas do aparecimento da Rússia na política da Europa.” Sublinha ainda que o acordo “reflecte sobretudo a política russa de retomar como base os princípios do pacto da Sociedade das Nações quando o seu descrédito e ineficácia levaram a Inglaterra até aqui a seguir outro caminho; tal facto não pode deixar de agravar a situação por falta geral de confiança. Quanto a nós temos em relação à Rússia política tão nitidamente definida que não necessita mais de explicações nem sofrerá modificação seja qual for a

⁹⁸ DAVIES, Norman - *A Europa em guerra 1939-1945*. Trad. Portuguesa. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 167.

⁹⁹ “Assim falou Hitler”, in *Diário da Manhã*, 29/4/1939, pp. 1, 3.

¹⁰⁰ “O discurso do Fuehrer”, in *Diário da Manhã*, 30/4/1939, p. 3.



2010

situação em que venha encontrar-se perante nosso aliado.”¹⁰¹ No final da citação percebemos que a descrença de Salazar em relação à Rússia tudo tem a ver com as diferenças ideológicas.

Acerca da situação externa de Portugal face à crise política europeia Salazar indica que “no período de alguns meses acabou a guerra de Espanha, e com a vitória nacionalista se desvaneceram algumas das causas do desassossego geral. Mas no resto da Europa e no mesmo espaço desmembraram-se Estados, proclamou-se a independência de outros, fizeram-se rectificações de fronteiras com transferência de vastos territórios, incorporaram-se nações sob formas diversas, e com tudo isto se alterou notavelmente o valor estratégico e o potencial militar de alguns países. Dados como resolvidos alguns problemas, tomaram logo outros o seu lugar, criando novas inquietações, como se, perdida certa estabilidade embora precária, todo o mapa europeu estivesse por esse facto sujeito a revisão. Há manifestamente exagero em supô-lo, mas na intranquilidade que se apossou dos espíritos todas as conjecturas, as mais absurdas, se transformaram em fonte de receios, senão de perigos.”¹⁰²

¹⁰¹ Telegrama n.º 129, Salazar a Monteiro, Lisboa, 31/5/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 388.

¹⁰² SALAZAR, António de Oliveira - *Discursos e notas políticas: 1938-1943*. volume 3. 2ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, [1943], p. 138.



5. Contagem decrescente para o início do conflito

5.1. A questão do corredor polaco e as reivindicações de Danzig

Em Julho de 1939, a imprensa começa a mostrar uma atenção mais acentuada em redor da questão de Danzig: “Cidade livre? Cidade Polaca? Cidade Alemã? Cristalizam as atenções em torno do problema de Danzig, questão primária do momento, que constitui a mais séria preocupação dos círculos diplomáticos. Da sorte de Dantzig depende hoje a paz da Europa, esse bem precário que ainda ontem dependia do destino da Checoslováquia e anteontem do futuro da Áustria. (...) Às vésperas do «Anschluss» a Alemanha declarava-se satisfeita. E, depois, reclamava a Áustria.”

A posição polaca é, evidentemente, oposta à alemã: “A Polónia declarou já que só admite para Dantzig uma alternativa: Cidade Livre ou Cidade Polaca. As alternativas não comportam naturalmente, o terceiro termo: cidade alemã.”¹⁰³

A 29 de Agosto, num artigo do diário *A Voz*, podemos perceber a posição da Alemanha e do *Fuehrer*: “alarga o *Fuehrer* a sua reclamação: não quer (sic) apenas Dantzig; quer o Corredor polaco. Assim enquista a reclamação no impossível. Diz o *Fuehrer* que «Dantzig e o corredor têm de ser restituídos à Alemanha» e diz também não ser possível levar a Polónia a uma solução pacífica. A Polónia não poderá aceitar nunca a ablação do seu contacto com o mar, porque ficaria na completa dependência da Alemanha, ficaria a comer pela sua mão. Portanto resistirá. E por isso nos parece a guerra inevitável.”¹⁰⁴

5.2. O Pacto germano-soviético

Torna-se evidente “que a chave para o desenvolvimento da situação se encontrava na posse da vizinha oriental da Polónia, a URSS. Se Moscovo se

¹⁰³ “Cidade livre? Cidade Polaca? Cidade Alemã?”, in *Diário da Manhã*. Lisboa, 10/07/1939 p.1, 4.

¹⁰⁴ “Das ideias e dos factos – A carta germânica”, 29/08/1939, p.6, in *A Voz*.



2010

colocasse do lado das Potências Ocidentais, um ataque unilateral da Alemanha à Polónia seria demasiado arriscado. Se Moscovo adoptasse uma posição ambígua, tudo continuaria em aberto. Mas se Moscovo decidisse apoiar Berlim, Hitler teria luz verde.”¹⁰⁵

Em 1938, Estaline fora mantido à margem das negociações e ainda não esquecera a humilhação. Na oportunidade seguinte, não permitiria que o tratassem da mesma maneira. Assim, no Verão de 1939, os soviéticos seriam cortejados tanto pelas potências Ocidentais como pela Alemanha. Hitler decidiu abordar a União Soviética no sentido de ter a certeza de conseguir isolar a Polónia e, a Grã-Bretanha e a França abordaram a URSS, na esperança de que uma *entente* renovada entre os três estados fosse suficiente para travar os objectivos de Hitler. A Grã-Bretanha e a França não conseguiram cimentar um acordo político ou militar com a URSS, nem conseguiram persuadir a Polónia a cooperar, pois o Governo polaco suspeitava da boa vontade da União Soviética. Do ponto de vista da Polónia, “o preço da cooperação soviética poderia ter sido tão dispendioso, como a incapacidade de assegurá-la.”

No final, Estaline “estava mais atraído pela ideia de neutralidade em qualquer conflito europeu e pela perspectiva de assegurar o controlo soviético de territórios na Europa de Leste, pelo que concordou em celebrar um pacto com a Alemanha de Hitler” em que “destruir a Polónia era um resultado aceitável para ambos os lados.”¹⁰⁶ Segundo Norman Davies, Estaline “sentia-se menos incomodado com a ameaça da Alemanha do que com a possibilidade de os fascistas e capitalistas unirem forças para um ataque concertado à URSS. Sob este prisma, seria vantajoso utilizar a crise polaca de forma a criar um confronto entre as Potências Ocidentais e a Alemanha”, além disso, calculou que, independentemente de “quem quer que fosse o vencedor estaria esgotado no final do conflito. Tendo em conta as circunstâncias que se viviam em 1939, os soviéticos tinham todo o interesse em ver os seus adversários desgastarem-se mutuamente”, mas Moscovo tinha um outro problema, que se prendia com o facto de estar a sofrer pressão em duas frentes: na Europa e na Ásia. “Os japoneses vinham consolidando o seu poder sobre a Manchúria e estavam a expandir-se nos

¹⁰⁵ DAVIES, Norman - *A Europa em guerra 1939-1945*. Trad. Portuguesa. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 167.

¹⁰⁶ OVERY, Richard - *1939 Contagem decrescente para a guerra*. Trad. Portuguesa. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2009, p. 23-24.



2010

confins da Mongólia exterior e no Extremo Oriente soviético. Neste sentido a União Soviética sentia a necessidade de estabilizar as relações com a Alemanha, para se precaver entre eventuais dificuldades frente ao Japão.”¹⁰⁷

De qualquer forma não havia razões nenhuma para pensar que a guerra entre a Alemanha e a URSS, sendo evitada a curto prazo, teria forçosamente de ocorrer mais tarde. Em 1939, era impossível prever o que o futuro reservava e na Europa de Leste, todas as hipóteses estavam ainda em aberto. Obviamente, que Estaline não excluía, certamente, a possibilidade de uma guerra contra a Alemanha; mas deve ter igualmente contemplado a hipótese quer de uma derrota da Alemanha de Hitler no Ocidente, quer de um impasse que beneficiaria uma URSS entretanto fortalecida.

Durante a crise de Munique, no Outono anterior, ficara entendido que a cedência dos Sudetas seria a última exigência de Hitler. As Potências Ocidentais tinham sido levadas a aceitar uma mentira evidente. Os diplomatas soviéticos afirmavam agora que a União Soviética era “neutral”. Os líderes ocidentais aceitaram também esta declaração, pelo menos publicamente, não necessariamente porque acreditassem que assim era, mas porque a perspectiva de combater ao mesmo tempo a Alemanha e a URSS não lhes convinha de todo.

A 16 de Agosto já é evidente a atitude alemã e a resposta da Polónia aos acontecimentos: “Atitude da Alemanha, que parece disposta a obter de Dantzig por qualquer meio. (...) Resposta negativa da Polónia a uma nota alemã protestando contra a atitude do Governo Polaco para o Senado de Dantzig. A Polónia teria dito que o assunto não dizia respeito à Alemanha. (...) Julga que o chamamento de Alto-Comissário em Dantzig para conferenciar com Hitler é um sintoma favorável de paz.”¹⁰⁸

No telegrama escrito por Monteiro a Salazar a 19 de Agosto de 1939 torna-se clara a posição alemã e o receio da guerra por parte dos outros países: “Nunca Hitler fez *bluff* ao dar um passo importante na política externa, encontrando-se sempre, na ocasião em que fez as diligências, na posição de encetar a luta em termos perigosos

¹⁰⁷ DAVIES, Norman - *A Europa em guerra 1939-1945*. Trad. Portuguesa. Lisboa: Edições 70, 2008, p.170-171.

¹⁰⁸ Telegrama n.º 70 de Calheiros a Salazar, Bruxelas, 16/8/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947, A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 459.



2010

para o adversário. (...) É Ciano [(Livorno, 18/3/1903 – Verona, 11/1/1944) Político italiano, genro de Mussolini e ministro dos Negócios Estrangeiros de 1936 a 1943] que está empurrando Hitler para uma solução violenta, defendendo ardentemente a tese da guerra. (...) Para esse efeito tenta separar a Polónia do bloco anglo-francês pois que só a defecção polaca permite esperar uma guerra curta. Hitler está em posição de aceitar uma solução que salve a face, dando à Polónia a promessa de neutralidade e pedindo-a também para afastar da luta imediata. (...) Aceitar a solução local é aceitar a vitória alemã, pois que a defecção polaca arrastará outras defecções.”¹⁰⁹

Na terceira semana de Agosto de 1939, Estaline decidiu terminar as negociações com os britânicos e os franceses, por um lado, e ouvir o que os alemães tinham a dizer, por outro. “Temos de aceitar as propostas da Alemanha”, disse Estaline “e rejeitar diplomaticamente a delegação britânica e francesa. A destruição da Polónia e anexação da Galícia ucraniana”, território situado a oeste da actual Ucrânia e a sul da Polónia, “serão os nossos primeiros ganhos”. “De qualquer modo”, prosseguiu, “temos de prever as consequências tanto da vitória da Alemanha como da sua derrota. No caso de uma derrota, a formação de um governo comunista na Alemanha será essencial [...]” E concluiu: “Acima de tudo, a nossa tarefa é garantir que a Alemanha se mantenha em guerra durante o máximo de tempo possível, e que a Grã-Bretanha e a França fiquem demasiado exaustas para derrubarem um governo comunista alemão.”¹¹⁰

O anúncio que os ministros dos Negócios Estrangeiros Ribbentrop [Vésel, Renânia, 30/4/1893 – Nuremberga, 16/10/1946. Ministro dos Negócios Estrangeiros desde 1938. Assinou com a Itália o *Pacto de aço*] e Molotov [Kukark, perto de Vologda, 9/3/1890 – Moscovo, 10/11/1986. Ministro dos Negócios Estrangeiros desde Maio de 1939] fizeram a 25 de Agosto de 1939, de que a Alemanha e a União Soviética tinham assinado um pacto de não-agressão, deixou todo o mundo admirado, pois muito poucos tinham sido capazes de imaginar que esses dois eternos adversários ideológicos uniriam as suas forças. Tanto para Hitler como para Estaline

¹⁰⁹ Telegrama n.º 251 de Armindo Monteiro a Salazar, Londres, 19/8/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, pp. 460-461.

¹¹⁰ Estaline citado in, DAVIES, Norman - *A Europa em guerra 1939-1945*. Trad. Portuguesa. Lisboa: Edições 70, 2008, pp. 171-172.



2010

“tratava-se de um casamento temporário de conveniência”¹¹¹, isto é, uma manobra conveniente criada por parceiros relutantes, que estavam apenas a “ganhar tempo” antes que surgisse o inevitável conflito entre ambos.

Numa primeira análise, o Pacto Germano-Soviético “parecia não ser mais que um acordo destinado a consolidar laços de amizade, e a promover relações de cooperação económica e política. Contudo, o protocolo secreto conferia-lhe uma dimensão totalmente diferente. Por um lado, estava prevista a divisão do Nordeste europeu em esferas de influência alemãs e soviéticas; por outro, ambos os signatários tinham liberdade de manobra para destruírem os seus vizinhos inconvenientes (conforme os seus interesses de autodefesa).”¹¹²

Este pacto de não-agressão, assinado ao início da manhã de 24 de Agosto e o protocolo secreto que dividia a Polónia e os estados bálticos em esferas de influência, foi recebido por Hitler como um triunfo diplomático de profundo significado.

Através de um telegrama de Monteiro a Salazar podemos constatar quais foram os artigos resultantes deste acordo entre a Alemanha de Hitler e a União Soviética de Estaline:

“Guiados pelo desejo de fortalecer a causa da paz entre a Alemanha e a República Soviética e baseados nas disposições fundamentais do acordo de neutralidade fechado em Abril de 1926, o Governo Alemão e o Governo Soviético chegaram ao seguinte acordo:

Artigo 1.º As duas Potências contratantes comprometem-se a abster-se de quaisquer ataques de uma à outra ou em conjunto com quaisquer outras Potências.

Artigo 2.º Se uma das Potências contratantes viesse a ser objecto de acção belicosa por parte de uma terceira Potência, a outra Potência contratante não auxiliará de maneira nenhuma a terceira Potência.

Artigo 3.º Os Governos das duas Potências contratantes manter-se-ão de futuro em consulta um com o outro a fim de se informarem acerca de questões que digam respeito aos seus comuns interesses.

Artigo 4.º Nenhuma das duas potências contratantes se reunirá a qualquer outro grupo de Potências que directa ou indirectamente seja dirigido contra uma das duas.

¹¹¹ ZALOGA, Steven J. – *A invasão da Polónia: Guerra Relâmpago*. Trad. Portuguesa. [Grã-Bretanha]: Osprey Publishing Ltd., 2002, p. 9.

¹¹² DAVIES, Norman - *A Europa em guerra 1939-1945*. Trad. Portuguesa. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 173.



2010

Artigo 5.º No caso de se levantarem diferendos ou conflitos entre as duas Potências contratantes sobre questões de qualquer espécie, as duas partes resolverão as suas disputas ou conflitos exclusivamente por amistosa troca de pontos de vista ou, se necessário, por comissões de arbitragem.

Artigo 6.º O acordo é feito pelo prazo de dez anos, com a condição de que será automaticamente prorrogado por cinco anos, a não ser que um ano antes de expirar aquele prazo uma das partes contratantes informe a outra de que deseja terminar o acordo.

Artigo 7.º O presente acordo será ratificado no prazo de tempo mais curto possível. Os documentos de ratificação serão trocados em Berlim. Tratado entra em vigor imediatamente após a sua assinatura.”¹¹³

Monteiro refere também a Salazar que “No *Times* em artigo de fundo diz-se que a primeira impressão acerca do acordo germano-russo representava maior perigo para a Polónia e nações ocidentais. Os soviets dão a entender que desejam a continuação das negociações. Resta saber em que medida a Alemanha pode obter satisfação da Rússia. Não será prejudicial para o regime nazi voltar-se subitamente para o Governo que tanto tem combatido e contra maquinações se apresentava perante o mundo como o mais forte baluarte? Se esta mudança política da Alemanha era destinada a aterrar os Governos da *peace front*, falhou.”¹¹⁴

O acordo germano-russo teria causado enorme surpresa no Vaticano. “O papa está impressionadíssimo e pessimista. Talvez faça apelo à paz”¹¹⁵, relata Quevedo.

A Polónia era a nação onde o efeito poderia ser mais fortemente sentido, mas este foi muito diminuído pela grande relutância que este país sempre mostrou em confiar em qualquer auxílio russo. A “admirável” calma mostrada pela Polónia durante semanas de provocação leva a esperar que só recorrerá á força caso não veja outra maneira de defender a sua independência. O pacto germano-russo de nenhum modo

¹¹³ Telegrama n.º 256, Monteiro a Salazar, Lisboa, 24/8/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 475.

¹¹⁴ Telegrama n.º 254, Londres, 23/8/1939, Monteiro a Salazar, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 467.

¹¹⁵ Telegrama n.º 71, Vaticano, 24/8/1939, Quevedo a Salazar, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, pp. 486-487.



2010

afectava as obrigações da Inglaterra para com a Polónia, e a 25 de Agosto de 1939, os dois governos concluíram um «tratado anglo-polaco em que a Grã-Bretanha formalizou a garantia da independência da Polónia; antevendo a guerra, o tratado previa a cooperação mútua contra uma “potência europeia” anónima. Um protocolo secreto designava essa potência como a Alemanha. Também a França era aliada da Polónia. E a Grã-Bretanha permanecia ligada à França pela *Entente Cordiale*. Assim se formara uma coligação antialemã.»¹¹⁶

Veiga Simões faz chegar a Salazar num telegrama a informação que «por toda a parte se fala ou antes clama abertamente não já contra a guerra mas contra o Chanceler: o povo compreendeu que é ele que quer a guerra e não a Inglaterra. O Núncio (confidencialíssimo) disse ontem a um colega que o povo não quer a guerra e que só estando completamente louco a poderia iniciar. O mesmo colega falou ontem a um chefe nazi que lhe disse: "não só o povo não quer a guerra como se levantará contra ela e perdeu a confiança no Führer que ao fim de pouco tempo será derrubado pela cólera popular e com ele o regime. O pacto russo nada nos deu; em tempo de paz poderia dar explosões; em tempo de guerra serve apenas para fomentar levantamentos vermelhos sem que Moscovo envie qualquer auxílio."»¹¹⁷

No final do mês de Agosto, a um passo da iminência do deflagrar do conflito, podemos constatar que a mensagem dirigida por Hitler ao Governo inglês, a 25 de Agosto, "anunciava a intenção da Alemanha de tratar com a Polónia sem demora, mas indicava que, se a Grã-Bretanha conseguisse que a Polónia “fosse razoável”, a Alemanha concederia a esta condições generosas. A seguir declarava que o pacto russo-alemão não só deixava a Polónia desamparada, como ainda salvaguardava a economia da Alemanha para a guerra mais duradoira." Em conclusão, Hitler "salientava que só o Japão ganharia com uma guerra europeia e oferecia, por conseguinte, depois de ter sido tratado o caso da Polónia, estender a cooperação e o auxílio alemães ao Império Britânico, contanto que as reivindicações e que as suas

¹¹⁶ DAVIES, Norman - *A Europa em guerra 1939-1945*. Trad. Portuguesa. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 174.

¹¹⁷ Telegrama n.º 225, Veiga Simões a Salazar, Berlim, 29/8/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, pp. 504-505.



2010

obrigações para com a Itália, como as obrigações britânicas para com a França, fossem devidamente respeitadas.

Respondendo a esta mensagem, o Governo inglês “manifestou a opinião de que a base de qualquer solução para o presente problema devia ser um acordo pacífico negociado de maneira razoável, salvaguardando os interesses essenciais da Polónia, garantidos pelas potências.”

O Governo inglês “estaria pronto a participar na garantia de um acordo estabelecido nas bases acima expostas, mas, em face das obrigações que havia assumido, não podia de maneira nenhuma pensar em transigir com uma situação que punha em perigo a independência da Polónia.

Um acordo pacífico tornaria possíveis as medidas práticas de transição para o comércio normal e pacífico e para a limitação de armas a que Hitler se tinha referido. A falta da consecução de um tal acordo destruiria todas as esperanças de entendimento anglo-alemão e daria origem a incalculáveis sofrimentos. Além disso, o Governo de Sua Majestade estava certo de que não podia haver nenhuma dúvida quanto ao resultado de uma guerra entre a Grã-Bretanha e a Alemanha na presente conjuntura.”¹¹⁸

Neste mesmo dia Veiga Simões relata manter uma longa conversa com o Embaixador de França onde este “considera a resposta de Hitler a Chamberlain verdadeiro *diktat* que só tem uma resposta: bater-se. Nela Hitler aceita a conversa directa mas enumera logo todas as suas exigências muito maiores que até agora referindo-se à Polónia com insolência e desprezo, como se se tratasse de país já vencido. Apesar disso recomendou ao Embaixador da Polónia que não tem o direito de furtar-se a essa conversa ainda que dure apenas cinco minutos e acabe por recusa categórica de ceder seja o que for. Já na última conversa com Hitler lhe disse que a França se baterá pela Polónia como os próprios Polacos. A unidade anglo-francesa é maior do que nunca. Em sua opinião só há uma coisa a fazer: aplicar a lei da selva e ir

¹¹⁸ Nota secreta, Selby a Salazar, Lisboa, 30/8/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/Imprensa Nacional, p. 508.



2010

para uma guerra que, dada a desastrosa situação interior", da Polónia, "não poderá durar muito tempo."¹¹⁹

No dia 31 de Agosto, o Papa fez um "apelo à Alemanha e Polónia para resolverem o litígio por meio de negociações; dirigiu-se igualmente à Itália, Inglaterra e França, pedindo secundem o seu apelo."¹²⁰

5.3. A recusa polaca às propostas feitas por parte da Alemanha

A situação internacional no mês de Agosto revelou-se bastante tensa. Após a assinatura do pacto de não-agressão germano-soviético essa tensão agravou-se: "Dantzig continua a ser na Europa o ponto negro; os Polacos estão decididos a ser razoáveis nas suas exigências, mas como são muito impressionáveis há sempre receio de que diante dos acontecimentos percam a cabeça; sobretudo receia-se que a marcha das coisas crie de um momento para o outro uma situação de que não possa sair-se" e existe também a "impressão de que a Alemanha quer manter latente a questão de Dantzig."¹²¹ Ainda nesta se faz referência às negociações com a Rússia. Nesta altura, escreve Monteiro, através de um telegrama enviado para Salazar: "nada está assinado ainda, tendo a missão militar seguido para tentar resolver em linguagem militar as dificuldades relativas à agressão indirecta que não foi possível resolver pelo emprego da técnica diplomática." Da conversa com Mounsey no F.O., Monteiro indicava que este entendia que "qualquer que seja a opinião que se forme do valor militar da Rússia é importante mantê-la aberta para reabastecimento da Polónia no caso de conflito. Pensa que não é hipótese de reear a inclinação da Rússia para a

¹¹⁹ Telegrama n.º 228, Veiga Simões a Salazar, Berlim, 30/8/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional p. 511, 512.

¹²⁰ Telegrama n.º 81, Vaticano, 31/8/1939, Quevedo a Salazar, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional p. 517.

¹²¹ Telegrama n.º 243 de Armindo Monteiro a Salazar, Londres, 09/8/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 449.



2010

Alemanha de que se tem falado."¹²² Armindo Monteiro indica a Salazar que a opinião de Mounsey foi emitida após ele ter dito que não reconhecia valor à ideia espalhada sobre o possível entendimento da Rússia com a Alemanha.

Acreditava-se que Agosto e Setembro seriam meses cruciais em que a tensão nervosa europeia seria talvez elevada ao rubro, podendo surgir incidentes graves. Supunha-se que, desde que existisse paciência, e prudência ainda se afastaria o recurso à *ultima ratio*. No final do mês de Agosto a situação era muito clara: "ou a Alemanha recua nas suas exigências ou a guerra é inevitável." ¹²³ A 30 de Agosto era ainda possível ler em vários documentos diplomáticos: "Embora a tensão internacional se mantenha, a atmosfera de melhoria persiste." ¹²⁴ Neste mesmo dia, através de um telegrama enviado por César Mendes, ministro de Portugal em Varsóvia, podemos verificar que tinha sido "decretada a mobilização geral" da população polaca, e que esta trabalhava "activamente na preparação de refúgios"¹²⁵, caso existisse um possível ataque por parte da Alemanha. No dia 31 de Agosto de 1939, na exortação de Pio XII que foi enviada aos governos da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e Polónia podemos verificar o apelo de sua Santidade: "Sua Santidade suplica, por consequência, em nome de Deus, aos governos da Alemanha e da Polónia que façam tudo o que lhe for possível para evitar qualquer incidente, e se abstenham de tomar qualquer medida susceptível de agravar a situação actual." Pio XII implora também aos governos da Grã-Bretanha, França e Itália, "a fim de que apõem este seu pedido."¹²⁶

¹²² *Idem*

¹²³ Telegrama n.º 84 de Calheiros a Salazar, Bruxelas, 29/08/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 505.

¹²⁴ Telegrama n.º 87 de Calheiros a Salazar, Bruxelas, 30/08/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 512.

¹²⁵ Telegrama n.º 27 de César Mendes a Salazar, Varsóvia, 30/08/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 512.

¹²⁶ Exortação de Pio XII enviada aos governos da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e Polónia a 31/9/1939, in *Lumen: revista de cultura para o clero*, p. 603.



Universidade do Porto – Faculdade de Letras

2010

O aparente melhoramento da situação internacional foi de facto uma ilusão, dado que, dois dias depois, Hitler daria ordem para a Wehrmacht invadir o território polaco.



6. O deflagrar do conflito: Setembro de 1939

O pacto Ribbentrop-Molotov deu a Hitler luz verde para a invasão da Polónia¹²⁷. Hitler estava convencido de que ele era o único capaz de levar o país à guerra. Tinha a certeza de que os *líderes fracos* da França e da Grã-Bretanha tentariam evitar o conflito a todo o custo, e que mesmo que se verificasse uma resposta à invasão, ela seria fraca e não decisiva. A Polónia constituía uma oportunidade ideal, pois a sua má posição estratégica entre a Alemanha e a União Soviética assegurava a sua destruição.

A 23 de Agosto de 1939, Hitler dirigiu-se aos comandantes das forças armadas alemãs e comunicou-lhes os seus planos para a guerra com a Polónia. A data da invasão foi inicialmente fixada para 26 de Agosto de 1939, mas o Fuehrer hesitou quando a Grã-Bretanha prometeu ajuda militar à Polónia.

É difícil ter certezas quanto ao motivo pelo qual Hitler mudou de ideias ou porque hesitou. A explicação “para a súbita hesitação de Hitler encontra-se no desenrolar dos acontecimentos dos dois dias posteriores à assinatura do Pacto Germano-soviético.”¹²⁸ As dúvidas relativamente às intenções dos soviéticos podem ter contribuído para a inexplicável decisão que Hitler tomou a 25 de Agosto e que o levou a adiar o lançamento da campanha polaca. “Alguns historiadores consideram que o Führer entrou em pânico; outros defendem que estaria apenas a certificar-se de que os soviéticos não o tinham traído.”¹²⁹ Hitler tinha esperança de que este pacto provocasse um colapso do eixo polaco-britânico-francês. Ao longo dos últimos dias do mês de Agosto, que foram bastante críticos, a Grã-Bretanha e a França, assim como a Polónia, viram-se reduzidos a observadores impotentes, conduzidos pelas ambições de Hitler e Estaline. Os franceses mostravam-se apáticos. Os ingleses, embora

¹²⁷ Ver anexo: Mapa 2: Invasão da Polónia - De 1 a 27 de Setembro de 1939, retirado da obra de FOLLY, Martin H. - *The Palgrave Concise Historical Atlas of the Second World War*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2004, p.8.

¹²⁸ OVERY, Richard - *1939 Contagem decrescente para a guerra*. Trad. Portuguesa. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2009, p. 33.

¹²⁹ DAVIES, Norman - *A Europa em guerra 1939-1945*. Trad. Portuguesa. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 175.



2010

tivessem renunciado às tentativas de apaziguamento, não podiam partir para a guerra. Os polacos, que estavam determinados a defender-se, foram aconselhados pelos seus aliados a adiar a mobilização das suas forças, para que a Alemanha não se sentisse provocada. Com este gesto as hipóteses da Polónia diminuíram consideravelmente. A reiteration pública do compromisso anglo-francês com a Polónia, no seguimento, do acordo germano-soviético foi uma questão que Hitler teve de enfrentar, ao decidir se embarcava numa guerra, como pretendia.

Depois de uma semana de adiamento, Hitler aproximava-se do ponto em que teria de ordenar o ataque à Polónia ou cancelar a operação. A 31 de Agosto de 1939, ordenou que a invasão começasse no dia seguinte.

Às 4h45 da manhã do dia 1 de Setembro de 1939, o navio Schleswig Holstein atracado, desde 23 de Agosto de 1939, no porto de Danzig, abriu fogo sobre o forte polaco de Westerplatte. Esta invasão teve um desenvolvimento militar bastante rápido, e, foi a demonstração prática de um novo estilo de guerra, que ficou conhecido como *Blitzkrieg*, ou seja, uma guerra-relâmpago. Iniciava-se assim, o período da chamada *drôle de guerre*, e que durou até Maio de 1940. Este período inicial ficou caracterizado por uma certa apatia, muito diferente aos olhos de quem tinha assistido à Primeira Guerra Mundial.

No dia 1 de Setembro, numa comunicação oficial do Governo alemão podia ler-se: “O Governo alemão declarou oficialmente que quaisquer negociações germano-polacas deveriam ter em conta a situação actual causada pela delimitação inaceitável da fronteira”.¹³⁰ Neste comunicado podia ainda ler-se as 16 bases do plano alemão para a negociação com a Polónia.

Estavam, assim, abertas as hostilidades na frente polaca. O Chanceler proclamou a anexação de Danzig e afirmou ainda que “o seu objectivo é libertar o corredor de Dantzig e negociar relações estáveis com a Polónia, com este ou outro Governo.”¹³¹

¹³⁰ Comunicado da agência Havas extraído da imprensa, Berlim, 1 de Setembro de 1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 529.

¹³¹ Telegrama n.º 232 de Veiga Simões a Salazar, Berlim, 01/09/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 535.



2010

Um acto de guerra não declarado, mas sem dúvida, um acto de guerra. Muitos pensaram que seria apenas um conflito local e limitado, mas, na realidade havia muito mais em jogo. Por um lado, uma vez que as tentativas de apaziguamento falharam as potências europeias, França e Inglaterra, não iam tolerar esta última provocação de braços cruzados. Por outro, a União Soviética já estava activamente envolvida. A ideia de Hitler era “invadir a Polónia na condição secreta de Estaline o seguir”, pois “os protocolos secretos do Pacto Germano-Soviético tinham definido a partilha da Europa do leste entre as duas potências.”¹³² Estes protocolos eram desconhecidos para o resto do mundo.

Quando se inicia o conflito, Portugal declara que não entrará em guerra mas através de uma “fórmula onde reafirma a secular aliança, tal como a Inglaterra tinha recomendado previamente.”¹³³ A neutralidade irá permanecer ao longo de todo o conflito. Durante este período, “os beligerantes e os poderes de primeira e segunda ordem da Europa concordam sobre o que deve ser a posição portuguesa”¹³⁴. Para a Inglaterra é importante que Portugal não abandone a neutralidade.

Numa nota oficiosa é declarada oficialmente a neutralidade portuguesa perante o conflito iniciado entre a Alemanha e a Polónia:

«Apesar dos incansáveis esforços de eminentes chefes de governo e da intervenção directa dos chefes de muitas nações, eis que a paz não pôde ser mantida e a Europa mergulhada, de novo em dolorosa catástrofe. Embora se trate de teatro de guerra longínquo, o facto de irem defrontar-se na luta algumas das maiores nações do nosso continente - nações amigas e uma delas aliada - é suficiente para o grande relevo do acontecimento e para que dele se esperem as mais graves consequências: Não só se lhe não pode ficar estranho pelo sentir, como há-de ser impossível evitar as mais duras repercussões na vida de todos os povos. Felizmente, os deveres da nossa aliança com a Inglaterra que não queremos eximir-nos

¹³² DAVIES, Norman - *A Europa em guerra 1939-1945*. Trad. Portuguesa. Lisboa: Edições 70, 2008, pp. 93-94.

¹³³ TELO, António José, “A neutralidade portuguesa na segunda guerra mundial” in TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) - *Portugal e a Guerra, História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais séculos XIX e XX*. Lisboa: Colibri, 1998, p. 113.

¹³⁴ TELO, António José, “A neutralidade portuguesa na segunda guerra mundial” in TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) - *Portugal e a Guerra, História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais séculos XIX e XX*. Lisboa: Colibri, 1998, p. 114.



2010

a confirmar em momento tão grave, não nos obrigam a abandonar nesta emergência a situação de neutralidade. O Governo considerará como o mais alto serviço ou a maior graça da Providência poder manter a paz para o povo português, e espera que nem os interesses do país, nem a sua dignidade, nem as suas obrigações lhe imponham comprometê-la. Mas a paz não poderá ser para ninguém desinteresse ou descuidada indiferença. Não está no poder de homem algum subtrair-se e à Nação às dolorosas consequências de guerra duradoura e extensa. Tendo a consciência de que aumentaram muito os seus trabalhos e responsabilidades, o Governo espera que a Nação com ele colabore na resolução das maiores dificuldades e aceite da melhor forma os sacrifícios que se tornarem necessários e se procurará distribuir com equidade possível. A todos se impõe viver a sua vida, mas agora com mais calma, trabalho sério, a maior disciplina e união; nem recriminações estereis nem vãs lamentações, porque em muito ou pouco fique prejudicada a obra de renascimento a que metemos ombros. Diante de tão grandes males, faz-se mister ânimo forte para enfrentar as dificuldades: e da prova que ora derem, sairá ainda maior a Nação.»¹³⁵

Unilateralmente proclamada a 1 de Setembro de 1939 possui uma plasticidade própria que Salazar, com a sua consumada habilidade, se esforçou por ir moldando em função da relação de forças observável em cada momento do conflito. Esta neutralidade conheceu várias vicissitudes.

Com algumas *nuances*, Armindo Monteiro e Salazar estavam basicamente de acordo quanto ao facto de ser inconveniente uma intervenção militar do país.

O Estado Novo não tinha, em 1939, de se preocupar com a questão de utilizar a beligerância como instrumento ideal para consolidar a situação do país ou do Governo, tal como aconteceu no período da primeira guerra. A situação política interna estava controlada, o Exército relativamente disciplinado, o regime gozava de larga aceitação internacional e as colónias portuguesas não pareciam ameaçadas pelo tipo de guerra que Hitler desenvolvia.

Tudo se conjugava portanto para que Portugal não tornasse a ter a atitude voluntarista de Março de 1916, entrando assim numa beligerância de muito duvidoso interesse, para si e para a sua tradicional aliada – a Grã-Bretanha.

¹³⁵ Nota oficiosa do Governo Português, Lisboa, 1/9/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/Imprensa Nacional p. 539.



2010

Mesmo a própria Alemanha via com bons olhos a neutralidade, isto porque nos seus planos não existia qualquer valorização do espaço ibérico, mediterrânico ou africano, numa fase inicial, e além disso a neutralidade de Portugal permitia-lhe “furar” os rigores do bloqueio económico imposto pela Grã-Bretanha. Num apontamento de uma conversa entre Salazar e o ministro da Alemanha, tida a 1 de Setembro de 1939, este último diz “a Alemanha tem mantido relações estreitas e amigáveis com Portugal e deseja continuar a mantê-las. Se, no conflito actual com a Polónia, Portugal mantém a sua neutralidade, a Alemanha declara respeitar essa neutralidade e a integridade do território português, tanto o do continente como o das suas possessões. Se porém Portugal violar essa neutralidade, a Alemanha ver-se-á obrigada a defender por todas as formas os seus interesse ameaçados.” Salazar respondeu “que a orientação da nossa política externa foi marcada no discurso de 22 de Maio de 1939, no sentido de nos mantermos estranhos a conflitos que não nos afectam, e por outro lado de nos mantermos fiéis à aliança inglesa.” O ministro da Alemanha disse que lhe parecia que, à Inglaterra, a neutralidade de Portugal conviria mais do que a entrada em guerra, e terminou a comunicação dizendo que “ se Portugal fizesse guerra à Alemanha, a Alemanha faria guerra a Portugal.” Salazar deduz “que todo o empenho da parte da Alemanha está em localizar o mais possível o conflito, mantendo a esperança (pouco convicta) de que o incidente fosse regulado com a Polónia sem intervenção da Inglaterra e da França.”¹³⁶

O ministro da Alemanha afirma estar no propósito de aceitar e respeitar a posição neutral de Portugal e inquire sobre a existência de um compromisso de poder haver uma entrada no conflito ao qual Salazar responde negativamente. Ao telegrama anexa-se um documento que dizia: “ O Governo de Sua Majestade Britânica conhece, por declarações repetidas e algumas muito recentes, o valor que o Governo Português atribui à aliança com a Inglaterra e o seu propósito, que neste momento confirma, de cumprir fielmente as obrigações que dela derivam. O Governo Português não vê, porém, que no actual conflito estejam interesses próprios que o obriguem a acudir em sua defesa; e, por outro lado, quanto à sua posição para com a nação aliada, crê que uma posição de neutralidade da parte de Portugal, é a atitude que no consenso do

¹³⁶ Apontamento de conversa entre Salazar e o Ministro da Alemanha, Lisboa, 1/9/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol II. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 523.



2010

Governo, partilhado, julgamos, pelo Governo de Sua Majestade, mais convém nesta conjuntura a Portugal e à Inglaterra.”¹³⁷

Entre Salazar e Monteiro havia uma clara sintonia quanto aos pressupostos estratégicos da neutralidade. O mesmo já não sucedia no tocante aos seus aspectos táticos, ou seja, à condução da política de neutralidade. O primeiro desentendimento, se assim se pode definir, surge entre os dois muito cedo, mais concretamente a 2 de Setembro de 1939, quando Monteiro se permite questionar a oportunidade e o “modus faciendi” da declaração da neutralidade portuguesa, antes mesmo da declaração de guerra à Alemanha por parte da Grã-Bretanha.

No seguimento do telegrama enviado por Salazar a Monteiro, este último responde desta forma: “Recebido o telegrama de V. Ex.^a n.º 194” (telegrama referente à data de 1/9/1939), “e para sua exacta compreensão, rogo a V. Ex.^a informar-me se a declaração de neutralidade no actual conflito a que nele se alude se refere ao actual conflito entre a Alemanha e a Polónia ou ao conflito que se prevê como provável e iminente entre a Inglaterra, França e Alemanha, mas que até agora tem estado na ordem diplomática, pois, como V. Ex.^a sabe, a esta hora entre os dois primeiros países e o terceiro não existe ainda nem estado de guerra nem hostilidades. Se, como parece quase certo, maior conflito se desencadear, suponho que o Governo Inglês desejará a nossa neutralidade. Creio, contudo, que, pelo valor moral, o caso não lhe seria neste momento agradável se declarássemos a neutralidade em relação a conflito ainda não existente e sendo os primeiros a fazê-lo, apesar de aliados, dado que, como V. Ex.^a sabe, Chamberlain apresentou a possível entrada da Inglaterra na guerra como acto contra o uso da força e agressão, para estabelecimento no Mundo de regras de boa fé e de renúncia à força, tendo o apoio moral da maior parte do Mundo.”¹³⁸ Monteiro via esta antecipada declaração de neutralidade como um acto que poderia ser mal interpretado pelo povo e pelo próprio Governo inglês, quaisquer que fossem as explicações dadas por Portugal.

Sem pôr em causa a opção da neutralidade, insiste com Salazar para que este emita uma qualquer declaração de simpatia para com a causa britânica: “Ponderando

¹³⁷ Telegrama n.º 194, Lisboa, 1/9/1939, Salazar a Monteiro, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol VI. Lisboa: MNE/Imprensa Nacional, pp.10-11.

¹³⁸ Telegrama n.º 304, Londres, 2/9/1939, Monteiro a Salazar, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol VI. Lisboa: MNE/Imprensa Nacional, pp. 13-14.



2010

tudo o que tem acontecido, atrevo-me a lembrar a V. Exa que talvez houvesse vantagem em ir ao encontro da necessidade inglesa de apoio de ordem moral para a causa que defende. Sei que fez aqui certa impressão a passagem da nota de 1 de Setembro que declarava não haver interesses portugueses próprios no actual conflito. Por mim, parece-me que, na altura de paz, precisaremos da boa vontade inglesa, se os aliados vencerem, e que não teremos nenhum apoio se não tivermos o seu. Se os alemães vencerem, só Deus nos pode salvar.”¹³⁹

Monteiro defendia este ponto, não apenas por uma questão de lealdade em relação a Londres, mas porque pressentia, desde cedo, que o conflito poderia degenerar num embate ideológico, numa guerra de contornos religiosos entre as forças do bem e do mal, personificados, respectivamente pelas democracias e os totalitarismos. Daí a importância e essencialidade de manter uma ponte de diálogo com a Grã-Bretanha de modo a evitar o perigo do isolamento para Portugal.

No que aos alemães dizia respeito, estes ficaram obviamente satisfeitos com a postura adoptada por Portugal, utilizando-a até com fins claramente propagandísticos: “o interesse do Estado impõe aos governantes portugueses que, ao mesmo tempo que observavam toda a cortesia no respeito de laços de amizade com a Inglaterra que já há muito não são considerados honrosos nem sequer sempre desejáveis, mantenham fora do litígio o povo que lhes foi confiado. Portugal já tem bastante que sofrer com a guerra provocado pelo seu “protector”.”¹⁴⁰

A 3 de Setembro, e depois de várias tentativas por parte da Grã-Bretanha e da França de chegar a uma solução com o *Fuehrer* estes estados declaram guerra contra a Alemanha.

Num documento anexo (a sua publicação estava proibida antes de domingo dia 3, em todos os países), ao telegrama enviado pelo F.O. à Embaixada de Portugal em Londres, a 3/9/1939, podia ler-se que: “os Governos do Reino Unido e da França declaram, solene e publicamente, a sua intenção de, no caso de serem forçados a entrar em guerra, conduzirem as hostilidades com o firme propósito de poupar as populações civis e de preservar, por todas as formas possíveis, os monumentos

¹³⁹ Monteiro citado in, OLIVEIRA, Pedro Aires - *Armindo Monteiro, Uma biografia Política*. Bertrand Editora, 2000, p. 205.

¹⁴⁰ MADEIRA, Lina Alves - *Alberto Veiga Simões, Esboço de uma biografia política*. Coimbra: Quarteto Editora, 2002, p. 203.



2010

edificados pelo homem que, em todos os países civilizados, são profundamente apreciados.”¹⁴¹

Após a declaração do estado de guerra pela Grã-Bretanha e pela França, César Mendes informa Salazar que também "o Presidente da República [polaco] proclamou ontem estado de guerra"¹⁴². Quatro dias depois do início da invasão alemã, Salazar limita-se a instruir o seu representante em Varsóvia a que “regule o seu procedimento pelo dos restantes membros do Corpo Diplomático, especialmente pelos representantes de Nações amigas e em situação análoga à nossa, como a Espanha, a Bélgica e a Holanda”¹⁴³, ainda neutrais.

Sobre a conversa, acerca do aspecto geral do conflito, entre Quevedo com o Embaixador da Alemanha, destaca-se a seguinte afirmação, várias vezes repetida, «de que a Alemanha está pronta a negociar a paz apesar do seu sucesso militar na Polónia. A Alemanha nunca quis a guerra a que foi forçada pela perseguição da Polónia às minorias alemãs e não-aceitação pelos aliados das propostas de Hitler, a última das quais sobre um plebiscito no Corredor.» Já no decurso da conversa com o Embaixador da França, este declarou a Quevedo que «jamais a Inglaterra e a França fariam a paz com Hitler, embora ele propusesse mil vezes” e ainda “criticou a atitude da Alemanha e o horror do massacre cometido pela Polónia”.»¹⁴⁴

Após 17 dias da invasão, o embaixador polaco em Moscovo foi informado de que o Exército Vermelho tinha começado a intervir na Polónia oriental. A URSS, agindo de acordo com as cláusulas secretas do Pacto Molotov-Ribbentrop, invadia assim a parte Oriental da Polónia. Nesse mesmo dia “o ministro dos Negócios

¹⁴¹ Foreign Office à Embaixada de Portugal, Londres, 2/9/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol VI. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 19.

¹⁴² Telegrama n.º 30-A de César Mendes a Salazar, Varsóvia, 3/9/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol VI. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 549.

¹⁴³ Salazar citado in, LOFF, Manuel - “*O nosso século é fascista!*” *O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras, 2008, p. 727.

¹⁴⁴ Telegrama n.º 88, Quevedo a Salazar, Vaticano, 16/9/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol VI. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 56



2010

Estrangeiros soviético Molotov, numa declaração feita em Moscovo, anunciou que o governo polaco deixara de existir.”¹⁴⁵

A Polónia encontrou-se, de repente, perante uma calamidade. A invasão soviética pôs fim a qualquer esperança de uma longa resistência polaca a leste do Vístula.

Em França, “a intervenção russa na Polónia produziu profunda impressão, sendo o acto russo considerado como consumando uma traição nas mais odiosas condições. A U.R.S.S., pretendendo manter a ficção de neutralidade, deseja evitar consequências que de uma agressão caracterizada resultariam, visto os tratados da parte da Inglaterra, da França e da Roménia.”¹⁴⁶ Era mesmo impossível, no momento, preverem-se os resultados da manobra russa, tanto diplomática como militarmente.

Após a invasão da Polónia pela União Soviética, o Governo Britânico faz uma declaração em que se pode ler: “Este ataque, dirigido à nossa aliada num momento em que ela se encontra prostrada perante as esmagadoras forças alemãs, não pode, na opinião do Governo de Sua Majestade, ser justificado através dos argumentos apresentados pelo Governo Soviético.”¹⁴⁷

Nos apontamentos de uma conversa de Quevedo com o Santo Padre sobre invasão da Polónia pelas tropas russas, Sua Santidade disse que «os acontecimentos na Europa desde 1 de Setembro podem ser “lever de rideaux” de uma tragédia maior». A participação da União Soviética não surpreendeu o Papa, pois este “presumia já que a invasão da Polónia pelos Russos constasse de um possível acordo secreto com a Alemanha.”¹⁴⁸

¹⁴⁵ GILBERT, Martin – *A Segunda Guerra Mundial*. Trad. Portuguesa. 1.º vol. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989, p. 20.

¹⁴⁶ Telegrama n.º 142, Ochoa a Salazar, Paris, 18/9/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol VI. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 59.

¹⁴⁷ Telegrama n.º 352, Monteiro a Salazar, citando documentos britânicos, Londres, 19/9/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol VI. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 60.

¹⁴⁸ Telegrama n.º 89, Quevedo a Salazar, Vaticano, 19/9/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol VI. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 61.



2010

A 20 de Setembro, através de um telegrama enviado por Veiga Simões, podemos ter acesso a três documentos que teriam sido assinados entre os Governos alemão e russo, e, dos quais, apenas os dois primeiros nos interessam para perceber esta questão: “1.º Declaração conjunta pela qual ambos os Governos, verificando a hipótese de guerra no Oriente, declaram considerar o restabelecimento da paz no Ocidente do interesse de todos os povos e nesse sentido envidarão seus esforços; no caso de falharem, ficaria provado que a Inglaterra e a França são responsáveis pela continuação da guerra, hipótese em que os dois Governos se consultariam; 2.º Acordo fixando a fronteira entre a Alemanha e a Rússia e excluindo a intervenção de quaisquer potências nas respectivas esferas.”¹⁴⁹

A 23 de Setembro, constava que o Estado-Maior alemão tinha notícias de que o exército russo pretendia toda a cidade de Varsóvia. Veiga Simões assegurou a Salazar na altura, de fonte seguríssima, que “a intervenção da Rússia constituiu grande surpresa para o Governo Alemão, pois Molotoff só às 2 horas da madrugada do dia de início da marcha comunicou ao Embaixador da Alemanha em Moscovo que as tropas soviéticas entrariam horas depois. Em conversas anteriores havia-se falado em esferas de influência, mas sempre de forma vaga.” Chega mesmo a afirmar que “o Chanceler ao ter conhecimento do avanço russo ficou assombrado.”¹⁵⁰

Depois de 27 dias de resistência, Varsóvia rende-se. A 28 de Setembro Ribbentrop e Molotov reúnem-se para discutir a partilha da Polónia.

Em Londres e Paris, “a queda de Varsóvia constituiu um profundo choque, suscitando uma vaga de simpatia pelo povo polaco, um enorme espanto ante a rapidez dos avanços alemães, indignação ante a convivência soviética na divisão do Estado que ainda um mês antes era independente, uma certa vergonha por não se ter ajudado, ou podido ajudar, a Polónia a resistir à ofensiva, e, acima de tudo, receio de

¹⁴⁹ Telegrama n.º 260, Veiga Simões a Salazar, Berlim, 20/9/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol VI. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, p. 66.

¹⁵⁰ Telegrama n.º 265, Veiga Simões a Salazar, 23/9/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol VI. Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional, pp. 73-74.



2010

que os protagonistas da «guerra-relâmpago» virassem as suas armas e as suas tácticas contra o Ocidente.”¹⁵¹

Dois dias após a reunião em que a Alemanha e a Rússia discutem a partilha da Polónia, Monteiro envia um telegrama para Salazar a dizer que “O *Times* considera o acordo germano-soviético manobra pouco engenhosa. Diz, principalmente: os decadentes românticos de Berlim podem persuadir-se a si próprios de que é possível levar o Ocidente ao suicídio, deixando o nazismo conquistar o Mundo sem batalha; mas os cínicos e oportunistas de Moscovo provavelmente não pensam assim. Não pode fazer-se a paz com a Alemanha porque não pode haver paz com Hitler.”¹⁵²

Nesta fase, as intenções de Estaline são ainda pouco claras e difíceis de desvendar. A garantia dos aliados à Polónia, essa mantém-se imutável e fortificada. A liberdade e a independência da nação polaca dentro das fronteiras, tão desafiáveis com as que a Alemanha violou em Setembro, com pleno acesso garantido por mar, constituem, por direito próprio, artigo de qualquer paz concebível. Ainda no mesmo telegrama, Monteiro dá-nos a conhecer o que se lê no *Daily Telegraph*, num artigo de fundo, e sob o título “Mistério da Rússia”: “o acordo só pode ter surpreendido os simples de espírito que se recusam a acreditar que o nazismo e o comunismo sejam dois nomes para o mesmo credo oportunista.” Entre as incertezas que existem, um facto parece bastante claro: “a esperança alemã de utilizar a Rússia para ditar a paz está destinada a falir. Se a Rússia, contudo, ameaçasse com hostilidades, a resposta dos aliados seria perfeitamente a mesma. Mas é altamente improvável que Stalin vá até esse extremo. Por um lado, Hitler mostrou já o que a Rússia pode esperar de uma Alemanha triunfante. Por outro lado, não há conflito de interesses, nem lugar de batalha entre os aliados e Russos, excepto no caso de a Rússia mandar tropas ou aeroplanos para a frente ocidental. Mas Stalin nunca foi bola de jogar.”¹⁵³

¹⁵¹ GILBERT, Martin – *A Segunda Guerra Mundial*. Trad. Portuguesa. 1.º vol. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989, p. 27.

¹⁵² Telegrama n.º 391, Monteiro a Salazar, 30/9/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol VI. Lisboa: MNE/Imprensa Nacional, p. 90.

¹⁵³ Telegrama n.º 391, Monteiro a Salazar, 30/9/1939, in MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. Vol VI. Lisboa: MNE/Imprensa Nacional, p. 91.



2010

A campanha de Setembro teve consequências profundas. Dois dos maiores exércitos da Europa ficaram a guardar territórios contíguos ao longo de uma extensa nova fronteira, a “Fronteira da paz”¹⁵⁴, que passava pelo meio da Polónia ocupada. Perante a passividade submissa da Europa, ambos os ditadores consideravam que poderiam prosseguir com os seus desígnios expansivos em impunidade. A invasão da Polónia contemplou não só uma campanha menor para tomar o corredor da Pomerânia e Danzig mas também uma guerra em grande escala.

Um mês depois, já concluída a ocupação do país, o ministro da Polónia em Lisboa, em conversa que Salazar descreve como “semi-oficial” com Teixeira de Sampaio, propunha que o diplomata português até então destinado em Varsóvia, “reassumisse o seu posto em França, junto daquele Governo”, ali exilado. O mesmo Sampaio era, no mesmo dia, questionado pelo representante da Alemanha sobre a mesma questão. Sampaio optava por sustentar perante o diplomata nazi que a “ocupação do território polaco pelas tropas alemãs e russas, e o tratado entre os dois Governos, não puseram termo à guerra que era entre a Alemanha, de um lado, e a Polónia, França e Inglaterra do outro. A ocupação, insistia, não significava a extinção definitiva de um Estado. Se a considerássemos como tal tomaríamos partido. Esta tese entrava já em alguma contradição com a postura portuguesa perante o caso checoslovaco.”¹⁵⁵

Após um mês de ter começado o conflito que originou a II Grande Guerra Mundial poderá ainda afirmar-se que Portugal tem uma posição neutra? De resto,” acrescenta-se que um mês depois da derrota polaca, em 1939, Salazar chegará a lamentar que «não se tenha levado a Polónia a aceitar as bases do discurso de Hitler (...) pois a guerra veio rebentar sobre questão em que a Alemanha tinha alguma razão» ”. ¹⁵⁶

¹⁵⁴ DAVIES, Norman - *A Europa em guerra 1939-1945*. Trad. Portuguesa. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 97.

¹⁵⁵ LOFF, Manuel - *“O nosso século é fascista!” O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras, 2008, p. 727.

¹⁵⁶ LOFF, Manuel – *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)*. Porto: Campo das Letras, 1996, p. 234, MNE, 1970: Doc. N.º 123, Telegrama de Salazar a Monteiro, 9/10/1939.



Universidade do Porto – Faculdade de Letras

2010

Após 20 anos, a Europa mergulhava de novo numa guerra que se estenderia a todo mundo, numa escala sem precedentes.



7. Conclusão

Nesta síntese final abordaremos questões que foram colocadas no início deste trabalho e que foram também sendo respondidas ao longo da investigação sobre esta temática.

Em primeiro lugar tentámos perceber qual foi a reacção, quer de Salazar quer de Armindo Monteiro, no contexto de Munique e do *Appeasement*.

Na sequência da anexação da Áustria, e durante a crise de Munique e as negociações para o acordo de Munique, Salazar reage com cautela – uma atitude, claramente, típica de Salazar num período de crise. Salazar chega mesmo a dizer que a questão sudeta foi seguida com alguma ansiedade pois dali podia gerar-se um conflito à escala internacional. Salientava também que não se devia deixar supor que a opinião portuguesa julgava que o conflito em volta da Checoslováquia iria arrastar inevitavelmente Portugal. As tentativas de aproximação por parte da Inglaterra acentuam-se nesta conjuntura, pois o estreitar dos laços com Portugal é uma garantia e uma forma de pressão sobre a Espanha. A paralisia de Salazar, numa altura em que Monteiro dá a entender veladamente que se poderia tentar obter uma base de relacionamento mais vantajosa com Londres, parece dever-se a duas razões: a questão colonial (reivindicações alemãs sobre os territórios de África) e a reacção dos países do Eixo, principalmente, a reacção da Alemanha quanto à neutralidade. Já em 1938, com a política de apaziguamento, a Inglaterra começa a alterar a sua atitude de fundo em relação à Península Ibérica. A crise nas relações com a Inglaterra é provocada pelo apoio português a Franco e só foi superada devido à abertura inglesa. Embora se tenha notado alguma crise nas relações entre a Inglaterra e Portugal, a aliança secular firmada entre estes dois países continuava a ter um peso fundamental na política portuguesa.

No segundo ponto, demos resposta à questão da neutralidade. Porque Portugal declarou neutralidade perante o conflito germano-polaco? Esta neutralidade era fundamental para a Inglaterra? E a Alemanha, via com bons olhos esta neutralidade? E a Espanha nacionalista que papel teve nesta neutralidade?

O facto de nunca ter sido pedida a beligerância de Portugal no conflito é bem revelador pois existia uma tendência para a neutralização do espaço continental português no período inicial do conflito. O argumento principal, porém, era sempre o



2010

mesmo, e segundo António José Telo, na sua obra *Portugal na Segunda Guerra*: “o preço dessa beligerância excede o que se poderia ganhar com ela.”¹⁵⁷ Quer isto dizer, que Portugal mantendo-se neutro neste conflito poderia ganhar mais. A entrada num conflito não traria qualquer vantagem. Em suma, nunca houve qualquer pedido para que Portugal abandonasse a neutralidade embora o Governo Português a tenha posto em causa num período mais avançado da Segunda Guerra Mundial.

Com algumas *nuances*, Armindo Monteiro e Salazar estavam basicamente de acordo quanto ao facto de ser inconveniente uma intervenção militar do país. O Estado Novo não tinha, em 1939, de se preocupar com a questão de utilizar a beligerância como instrumento ideal para consolidar a situação do país ou do Governo, tal como aconteceu no período da primeira guerra. A situação política interna estava controlada, o Exército relativamente disciplinado, o regime gozava de larga aceitação internacional e as colónias portuguesas não pareciam ameaçadas nesta fase inicial da guerra e enquanto a Grã-Bretanha não fosse, como não foi, derrotada em África. A 25 de Agosto o próprio Selby vai ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e afirma que seria importante “conservar a Espanha neutra em caso de guerra é o melhor serviço que podemos [Portugal] prestar.”¹⁵⁸ É preciso recordar que Portugal também ajudou a criar uma situação difícil na Península Ibérica antes de 1939 ao apoiar a formação de um regime em Espanha que era claramente favorável ao Eixo, e sendo assim a Espanha podia muito bem ser tentada a entrar na guerra caso as democracias ocidentais estivessem à beira da derrota. Esta situação leva, em parte, a que Lisboa considere a manutenção da neutralidade espanhola como um dos objectivos centrais da política externa, sempre na ilusão de que tem grande influência em Madrid. Para Telo, e na minha opinião também, é uma ilusão que se vai manter como uma constante nos anos da guerra e será mantida depois através do mito de que foi Portugal que “segurou” a Espanha e a impediu de entrar na guerra ao lado do Eixo. Este será um ponto central da propaganda do Estado Novo. Por detrás dele está a ideia ilusória de que o regime

¹⁵⁷ TELO, António José, “A neutralidade portuguesa na segunda guerra mundial” in TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) - *Portugal e a Guerra, História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais séculos XIX e XX*. Lisboa: Colibri, 1998, p. 109.

¹⁵⁸ TELO, António José - *Portugal na Segunda Guerra*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1987, p. 49.



2010

de Franco se deixaria orientar na sua política externa pelos "conselhos" do pequeno Portugal e até talvez por sentimentos de gratidão desenvolvidos durante a guerra civil.

Mesmo a própria Alemanha via com bons olhos a neutralidade, porque numa fase inicial nos seus planos não existia qualquer valorização do espaço ibérico, mediterrânico ou africano, e além disso a neutralidade de Portugal permitia-lhe "furar" os rigores do bloqueio económico imposto pela Grã-Bretanha, obtendo de Portugal benefícios, especialmente do ponto de vista económico.

Havia entre Salazar e Monteiro uma clara sintonia quanto aos pressupostos estratégicos da neutralidade, mas o mesmo já não sucedia no tocante aos seus aspectos tácticos, ou seja, à condução da política de neutralidade. Neste ponto verifica-se, de facto, uma divergência. Monteiro via esta antecipada declaração de neutralidade como um acto que poderia ser mal interpretado pelo povo e pelo próprio Governo inglês, quaisquer que fossem as explicações dadas por Portugal. Sem nunca pôr em causa a opção da neutralidade, Monteiro chega mesmo a insistir com Salazar "para que este emita uma qualquer declaração de simpatia para com a causa britânica de modo a ir ao encontro da necessidade inglesa de apoio de ordem moral perante a causa que esta defende. A opinião de Monteiro era de que num período após o conflito, "Portugal poderia precisar da boa vontade inglesa, e se os Aliados vencessem teriam sempre apoio, mas se por acaso, os alemães vencessem aí nem Deus os podia salvar."¹⁵⁹

Este ponto, era defendido por Monteiro não apenas por uma questão de lealdade em relação a Londres, mas porque pressentia, desde cedo, que o conflito poderia degenerar num embate ideológico, numa guerra de contornos religiosos entre as *forças do bem e do mal*, personificados, respectivamente pelas democracias e os totalitarismos. Daí a importância e essencialidade de manter uma ponte de diálogo com a Grã-Bretanha de modo a evitar o perigo do isolamento para Portugal.

Contudo, na minha opinião, Salazar já nesta fase indiciava "não gostar" da Inglaterra, mas respeitava-a e era essa a forma com que lidava com os ingleses. Dá a entender que existia uma situação indefesa de Portugal perante a Inglaterra e que isso o forçava a encarar esta potência como uma necessidade com a qual tinha de contar.

¹⁵⁹ Monteiro citado in, OLIVEIRA, Pedro Aires - Armindo Monteiro, Uma biografia Política. Bertrand Editora, 2000, p. 205.



2010

Um outro ponto e, talvez o mais importante de todos, é a questão de Danzig e a probabilidade de se vir a desencadear um conflito.

Na questão de Danzig, Salazar achava que a guerra era algo improvável e isso tranquilizava-o. No período seguinte à Guerra Civil Espanhola, são várias as causas do desassossego geral na Europa. Na Península Ibérica dá-se a vitória do nacionalismo franquista, na restante Europa desmembram-se Estados, proclama-se independência de outros, ao mesmo tempo que se rectificam as fronteiras com transferências de vastos territórios e se incorporam nações de formas diversas. Todo este panorama alterou o valor estratégico e o potencial militar de alguns países. Na minha opinião, era como se todo o mapa da Europa estivesse sujeito a uma revisão.

A situação internacional foi-se intensificando ao longo dos meses, e, após a assinatura do pacto de não-agressão germano-soviético, a tensão agravou-se ainda mais. Danzig continuava a ser um ponto nevrálgico da Europa e os polacos estavam decididos a ser razoáveis nas suas exigências, embora houvesse o receio de que estes perdessem a cabeça e que, com o desenrolar dos acontecimentos, se criasse, de um momento para o outro, uma situação da qual não se pudesse sair. Já Hitler, pelo seu lado, pretendia manter a questão de Danzig latente.

Nos meses anteriores à invasão da Polónia, o objectivo de Salazar focou-se mais no aproximar das diplomacias francesas e inglesa da Espanha de Franco, enquanto Monteiro comprovava a suspeita que Portugal tinha sido usado pelos espanhóis apenas para fazer pressão sobre Londres. Adverte ainda que Londres já não tem inteira confiança na atitude portuguesa. Salazar sabe que o perigo para a neutralidade portuguesa pode ver-se pelo facto de as alianças internacionais de Portugal e Espanha serem contraditórias (enquanto Franco assina pactos com a Itália e com a Alemanha, Portugal mantém a aliança secular com a Inglaterra). O problema da neutralidade portuguesa não decorre tanto, como se escreveu atrás, do interesse ou não interesse português em entrar na guerra (tal questão nunca se colocou até ao Verão de 1945: hipótese de declaração de guerra ao Japão por causa de Timor), e sim da possibilidade, muito forte em 1940-42, de a Espanha entrar em guerra, afectando Portugal. Neste sentido, a neutralidade da Espanha era, também, vista como uma garantia para manter Portugal afastado do conflito.

O aparente melhoramento da situação internacional de que tanto se falava até ao final de Agosto de 1939 foi, de facto, uma ilusão, dado que, no dia 1 de Setembro de 1939, Hitler daria ordem para invadir o território polaco.



2010

Por último, é importante saber como Portugal reage com a invasão da Polónia a 1 de Setembro de 1939.

A invasão da Polónia foi considerada um acto de guerra não declarado, mas sem dúvida, um acto de guerra. Muitos pensaram que seria apenas um conflito local e limitado, mas, na realidade, havia muito mais em jogo. Por um lado, uma vez que as tentativas de apaziguamento falharam, as outras potências europeias, França e Inglaterra, não iam tolerar esta última provocação de braços cruzados. Por outro, a União Soviética já estava activamente envolvida.

Quando se inicia o conflito, Portugal declara que não entrará em guerra, mas através de uma fórmula onde reafirma a aliança secular com a Inglaterra, como esta tinha recomendado previamente. Como foi dito anteriormente, também para a Alemanha esta neutralidade fazia todo o sentido.

Salazar chegou mesmo a afirmar que se tratava de um conflito que não tinha qualquer interesse para Portugal.

Unilateralmente proclamada a 1 de Setembro de 1939, e como afirma António José Telo, a neutralidade possui uma plasticidade própria que Salazar, com a sua consumada habilidade, se esforçou por ir moldando em função da relação de forças observável em cada momento do conflito. Esta neutralidade conheceu várias vicissitudes ao longo das várias etapas do conflito. No início do conflito, penso que se nota que Salazar se sente pressionado pela Inglaterra para adoptar uma certa neutralidade benevolente que lhe permita ter relações favoráveis com todos os estados beligerantes. Esta atitude do Presidente do Conselho, justifica-se e insere-se no facto de coexistir uma pequena guerra de nervos com a Inglaterra. No fundo, Salazar encara a neutralidade num sentido estrito, chegando mesmo a recusar e a adiar os pedidos para uma neutralidade benevolente.

Após um mês de ter começado o conflito que originou a segunda Grande Guerra Mundial, pode ainda afirmar-se que Portugal tem uma posição neutra. Após um mês da derrota polaca, em 1939, "Salazar chegará a lamentar que «não se tenha levado a Polónia a aceitar as bases do discurso de Hitler (...) pois a guerra veio rebentar sobre questão em que a Alemanha tinha alguma razão»”¹⁶⁰.

¹⁶⁰ LOFF, Manuel – *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)*. Porto: Campo das Letras, 1996, p. 234.



2010

O facto, de Salazar afirmar que a Alemanha tinha alguma razão ao ter invadido a Polónia, não foi motivo para que a neutralidade não fosse efectiva. A opinião de um governante de um país periférico no sistema internacional conta pouco para a política externa, no entanto pode é contar para perceber o posicionamento político e ideológico do mesmo em relação ao conflito germano-polaco. Importante será também sublinhar, o facto de, que um pequeno país como Portugal historicamente receoso da anexação espanhola não assuma uma posição moral de solidariedade com a Polónia, ainda por cima, um país com um alto fervor católico. Uma das hipóteses possíveis, para entender esta questão, prende-se com o ressentimento que Salazar possa ter guardado em relação às reivindicações da Polónia na questão colonial e em relação à forma como a Polónia criticou a gestão do Império Colonial português. Também em relação à Checoslováquia, Salazar guardou durante bastante tempo um certo "ressentimento", aliás as relações entre estes dois países tiveram durante muito tempo cortadas. De qualquer forma, também a Alemanha chegou a reivindicar colónias pertencentes a Portugal e, no entanto, Portugal não demonstra ressentimento com a mesma. A existência de algumas afinidades políticas e ideológicas entre estes dois regimes, salazarismo e nazismo, poderá explicar esta posição.

Em suma, quando se inicia o conflito germano-polaco Portugal mantém com o Eixo – a Alemanha – laços ideológicos, com a Inglaterra interesses económicos e laços jurídicos relevantes precedentes de uma aliança secular. Quanto à Espanha, convinha a Portugal contar com esta potência e manter uma neutralidade ibérica de forma a garantir a não entrada no conflito iniciado por Hitler a 1 de Setembro de 1939.

Num período posterior, ver-se-á que a posição de neutralidade portuguesa se irá adaptando às circunstâncias que se vão desenvolvendo durante o conflito.



8. Fontes e Bibliografia

Arquivos

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros - AHDMNE

Arquivo Oliveira Salazar (AOS) – Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (IAN/TT)

Fontes documentais Primárias e Secundárias

I. Fontes Primárias

a) Documentação

FOLLY, Martin H. - *The Palgrave Concise Historical Atlas of the Second World War*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2004.

GARCIA, Maria Madalena - *Arquivo Salazar: inventário e índices*. Lisboa: Editorial Estampa: Biblioteca Nacional, 1992.

MNE (org.) *Dez anos de política externa (1936-1947), A nação portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*. Vol I(1961),II(1962) e VI(1970). Lisboa: MNE/ Imprensa Nacional.

ROSAS, Fernando, BARROS, Júlia Leitão de, OLIVEIRA, Pedro de [org.] - *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar: correspondência política, 1926-1955*. Lisboa: Estampa, 1996.

SALAZAR, António de Oliveira - *Discursos e notas políticas: 1938-1943*. volume 3. 2ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, [1943].

b) Imprensa

Diário da Manhã – Março de 1938 a Setembro de 1939

Lumen : revista de cultura para o clero – Março de 1938 a Setembro de 1939



2010

Voz (A) – Março de 1938 a Setembro de 1939

II. Fontes secundárias

a) Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim – *O roubo das almas, Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006.

BÉDARIDA, François, «Causes de la Guerre», in AZÉMA, Jean Pierre e BEDARIDA, François (dirs.) – *1938-1948, les années de la tourmente. De Munich à Prague. Dictionnaire Critique*. Paris: Flammarion, 1995, pp. 923-932.

BEDARIDA, François, «Drôle de guerre», in AZÉMA, Jean Pierre e BEDARIDA, François (dirs.) – *1938-1948, les années de la tourmente. De Munich à Prague. Dictionnaire Critique*. Paris: Flammarion, 1995, pp. 31-40.

AZÉMA, Jean Pierre, «Guerre Éclair», in AZÉMA, Jean Pierre e BEDARIDA, François (dirs.) – *1938-1948, les années de la tourmente. De Munich à Prague. Dictionnaire Critique*. Paris: Flammarion, 1995, pp. 79-87.

AZÉMA, Jean Pierre, «Munich», in AZÉMA, Jean Pierre e BEDARIDA, François (dirs.) – *1938-1948, les années de la tourmente. De Munich à Prague. Dictionnaire Critique*. Paris: Flammarion, 1995, pp. 855-864.

CRUZ, Manuel Braga da - *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998.

DAVIES, Norman - *A Europa em guerra 1939-1945*. Trad. Portuguesa. Lisboa: Edições 70, 2008.

DE LA GORCE, Paul-Marie - *1939-1945 Uma guerra desconhecida*. Trad. Portuguesa. Lisboa: Caminho, 2004.

DUROSELLE, Jean Baptiste - *Histoire Diplomatique de 1919 à nos jours*. Paris: Dalloz, 1953.

GILBERT, Martin - *A Segunda Guerra Mundial*. Vol. 1. Trad. Portuguesa. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989



2010

HAVERS, Robin - *The Second World War (2), Europe 1939-1943*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2005

HOBBSBAWM, Eric - *Age of Extremes. The short twentieth century 1914-1991*. Reino Unido: Abacus, 1995

LÉONARD, Yves - *Salazarismo e fascismo*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1998.

LOFF, Manuel - *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)*. Porto: Campo das Letras, 1996.

LOFF, Manuel - *“O nosso século é fascista!” O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras, 2008.

MADEIRA, Lina Alves - *Alberto Veiga Simões, Esboço de uma biografia política*. Coimbra: Quarteto Editora, 2002.

MCDONOUGH, Frank - *Hitler, Chamberlain and Appeasement*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MEDINA, João – *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a Ditadura*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

MOURRE, Michel, “Ciano”, “Chamberlain”, “Daladier”, “Hitler”, “Ribbentrop”, “Molotov” in *Dicionário de História Universal*. Trad. Portuguesa. Vol. I e II. Porto: Edições Asa, 1998.

NOGUEIRA, Franco – *Salazar*. Vol. II. Porto: Editora Civilização, 2000.

OLIVEIRA, Pedro Aires - *Armindo Monteiro. Uma biografia Política*. Bertrand Editora, 2000.

OVERY, Richard - *1939 Contagem decrescente para a guerra*. Trad. Portuguesa. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2009.

OVERY, Richard - *The origins of the second world war*. 3^a edição. Londres: Longman, 2008.

PARKER, R.A.C - *História da Segunda Guerra Mundial*. Trad. Portuguesa. Lisboa: Edições 70, 1987.



2010

PINTO, António Costa – *O Salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

REIS, Bruno Cardoso – *Salazar e o Vaticano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

ROSAS, Fernando - *Estado novo (1926-1974)*. Vol VII, de *História de Portugal*. Dir. MATTOSO, José. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROSAS, Fernando - *Salazarismo e a aliança luso-britânica*. Lisboa: Fragmentos, 1998.

ROSAS, Fernando e BRANDÃO, J. M. de, dir., "Monteiro", "Salazar", "Veiga Simões" in *Dicionário de História do Estado Novo*. 2 vols. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996.

TAYLOR, A. J. P. - *The origins of the second world war*. Londres: Penguin Book, 2001.

TELO, António José, "A neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial" in TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) - *Portugal e a Guerra, História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais séculos XIX e XX*. Lisboa: Colibri, 1998, pp. 109-125.

TELO, António José - *Portugal na Segunda Guerra*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1987.

ZALOGA, J. Steven - *A invasão da Polónia: Guerra Relâmpago*. Trad. Portuguesa. [Grã-Bretanha]: Osprey, 2002.



9. Cronologia

1938

Março

13 - A Áustria é anexada ao Reich – *Anschluss*.

14 - Hitler entra em Viena.

Setembro

29 a 30 - Abertura da conferência quadripartida de Munique. Assinatura dos acordos de Munique em que a França e a Grã-Bretanha subscrevem a ruptura da Checoslováquia pelo Reich.

Outubro

1 a 7 - Tropas alemãs ocupam os Sudetas.

1939

Março

2 - Eleição de Pio XII como papa.

15 - A Wehrmacht entra em Praga e invade o resto da Checoslováquia, ocupa a Boémia-Morávia e permite à Eslováquia constituir um “governo fantoche”.

16 - Hitler anuncia a criação do protectorado da Boémia-Morávia.

23 - Os Eslovacos são colocados sob a “protecção” do Reich.

25 – Hitler ordena os preparativos para invadir a Polónia.

29 - A partir desta data o Exército polaco inicia a mobilização parcial em resposta à pressão diplomática alemã para que ceda o corredor da Pomerânia e permita a devolução de Danzig à Alemanha. A Polónia rejeita as exigências do Reich.

31 – O Governo britânico anuncia o seu compromisso de garantir a segurança da Polónia, o que inclui a manutenção do *status quo* de Danzig.

Maio

22 - Assinatura do *Pacto de Aço* entre o Reich e a Itália.



2010

23 - Hitler dá ordem à Wehrmacht para se preparar para invadir a Polónia antes de Outubro.

Agosto

23 - Chegada de Ribbentrop a Moscovo: assinatura do pacto germano-soviético, que inclui cláusulas secretas com o intuito de provocar o desmembramento da Polónia.

24 - A Grã-Bretanha confirma por escrito o seu compromisso com a Polónia, em caso de guerra com a Alemanha.

26 – Hitler planeia começar a guerra neste dia e, no entanto, protela o ataque por causa das garantias dadas pela Grã-Bretanha.

Setembro

1 - A Wehrmacht invade a Polónia.

3 - A Grã-Bretanha e a França declaram o estado de guerra contra o Reich.

17 - O Exército Vermelho invade a Polónia pelo leste.

29 - Rendição de Varsóvia. Divisão do território polaco entre a Alemanha e a URSS.



10. Anexos

Mapa 1: Política expansionista e territorial Hitleriana





2010

Mapa 2: Invasão da Polónia – De 1 a 27 de Setembro de 1939

